

PORTUGAL COLONIAL



N.º 2

◆
**Abril
1931**

BOTELHO

XXXI

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS



A gasolina para o seu carro

Quando V. Ex.^a compra uma lata de gasolina SPHINX adquire não só a possibilidade de fazer andar o seu automovel mas tambem a certeza de percorrer com ele o maior numero de kilometros gastando o menos possivel.

Dezenas de milhares de automobilistas empregam unicamente gasolina SPHINX porque já se convenceram de que com este combustivel obteem mais rendimento para os seus carros.

Consequentemente, é natural que V. Ex.^a não se limite a comprar gasolina -- tem toda a vantagem em exigir!



Gazolina

SPHINX

VACUUM OIL COMPANY

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA
E EXPANSÃO COLONIAL

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO

REDACTOR PRINCIPAL — **J. DA FONSECA FERREIRA**

**Assuntos económicos -- comerciais
agrícolas - industriais e financeiros.
Informações de todo o mundo colonial**

Agentes em todas as cidades Ultrama-
rinas, Madeira, Açòres, Brazil, etc.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Metrópole e Ilhas Adjacentes:

Avulso	3\$00
Semestre	18\$00
Ano	30\$00

Colónias Portuguesas e Brazil:

Avulso	4\$00
Semestre	26\$00
Ano	48\$00

EXTRANGEIRO (Ano) 60\$00

SUMÁRIO DÊSTE NÚMERO

UMA ENTREVISTA COM HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO	1	POLÍTICA INDÍGENA — Segregação, assimilação e adap- tação — por <i>José Ferreira Martins</i>	15
O PROBLEMA DAS TRANSFERÊNCIAS DE ANGOLA, pelo <i>Dr. Francisco Machado</i>	4	A CRISE E A NAVEGAÇÃO NACIONAL PARA AS COLÓNIAS, por <i>Braz Temudo</i>	16
O CAFÉ NAS COLÓNIAS PORTUGUÊSAS — TIMOR — pelo <i>Tenente-Coronel Júlio Garcez de Lencastre</i>	6	PORTUGAL COLONIAL	17
A PARTILHA DAS COLÓNIAS PORTUGUÊSAS EM 1898	8	A DESNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO COLONIAL DE TECIDOS DE ALGODÃO, pelo <i>Dr. J. da Fonseca Ferreira</i>	18
FUNCIONALISMO COLONIAL, pelo <i>Capitão de artilharia de costa, A. Caria</i>	9	A AGRICULTURA NO CONGO BELGA	19
AFIRMAÇÕES DO SR. AGENTE GERAL DAS COLÓNIAS	10	TRANSCRIÇÕES DA IMPRENSA COLONIAL	20
PÁGINA LITERÁRIA—Ordália das Chamas— <i>Pelo antigo director da Imprensa Nacional de Angola, José Ferreira Martins</i>	11	INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL: — Notas do mês. Colónias e protectorados estrangeiros. Notícias dos mercados. O Comércio de Portugal com as suas colónias, etc., Estatística. Legislação. Bibliografia e Expediente. 22 e seguintes.	
O PROGRESSO DE ANGOLA—As ligações ferro-viárias— <i>Pelo antigo secretário provincial de Angola, E. E. Goes Pinto</i>	13		



SANTOS BRITO, L.^{DA}

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES
VENDAS DE TODA A ESPECIE
DE MATERIAL ELECTRICO

TELE fone 25988
gramas SANBRITOS - LISBOA

R. ARCO BANDEIRA, 5, 3.^o
PORTUGAL



AMIANTO, BORRACHA, CORREIAS
OLEOS PARA LUBRIFICAÇÃO DA
MARCA «VALADOIL»

SÊDAS SUISSAS PARA PNEUS
MARCA «DUFOUR»
PNEUMATICOS DAS MELHORES MARCAS
PARA AUTOMOVEIS
PUADOS BELGAS PARA CARDAS
CARTÃO «KLINGERIT»
VIDROS «KLINGER»

VALADAS, L.^{DA}

ESCRITORIO

C. DO MARQUEZ D'ABRANTES, 1 A 5
Telefones P B X 21224 -- 21225 — Lisboa

ARMAZEM

C. DO MARQUEZ D'ABRANTES, 27, 29 e 31
AV. PRESIDENTE WILSON, 68, 70 e 72

FILIAIS

PORTO -- R. Mousinho da Silveira, 73, 75 e 77 - Tel. 739
COVILHÃ -- R. Visconde da Coriscada, 31-33 - Tel. 103

COMPANHIA DE MOSSAMEDES

*Sociedade Anonima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorisado — Esc. 20.000.000\$00
Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SÉDE SOCIAL

Lisboa — R. Victor Cordon, 12-1.^o
Telefone: 2 4174

SÉDE DO COMITÉ FINANCEIRO

no Banque des Interets Français
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SÉDE EM AFRICA

SÁ DA BANDEIRA — (Lubango)

Creação e Comércio de ga-
dos — Explorações agricolas
— Instalações no *Lubango,*
Tchipa, Ediva, Palanca,
Calueque, e Tchifito

COMPANHIA DO SUL DE ANGOLA

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorisado — Esc. 10.000.000\$00
Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SÉDE SOCIAL

Lisboa — Rua Victor Cordon, 12-1.^o
Telef. 2 4174 --- End. Tel. SULANGOLA

SÉDE EM AFRICA

MOSSAMEDES — Africa Ocidental

EXPLORAÇÕES:

PESCA — Baía das Moscas, Mos-
samedes — Praia Amélia, Porto
Alexandre

*Fabrico de Conservas, Farinhas e Oleos de
Peixe, Pasta Azotada — Fábrica AFRICANA*
— Mossamedes

AGRICULTURA E CREAÇÃO DE GADO:

Mossamedes, Giraul, S. Nicolau,
S. João do Sul, Caroca e Pinda



diniz
fragoço
931

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
REDACTOR-PRINCIPAL
J. da Fonseca Ferreira
EDITOR
António Pedro Muralha

S E D E :
RUA AUGUSTA, 229, 2.º
Endereço Telegráfico:
« M I N E R V A »
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

Preço avulso
Metrópole 3\$00
Colónias 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses) . . . 18\$00
Colónias (6 meses) . . . 24\$00

Composto e Impresso
IMP. CONTEMPORANEA EDITORA
Rua Manuel Bernardes, 50 — LISBOA

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Uma entrevista com Henrique de Paiva Couceiro

O antigo governador geral de Angola e grande português diz-nos o que pensa sobre alguns dos problemas mais urgentes da Colónia. “O futuro económi-



co de Angola é função do seu desenvolvimento agrícola”. “É necessário estabelecer uma ordem financeira. A condição dessa ordem é o equilíbrio do orçamento ordinário”.

NÃO há nenhum português, superiormente interessado nos destinos do nosso Império Colonial e bastante português para crer que esses interesses estão mais altos que os sentimentos negativos duma política, que tem sido feita de torpezas e de inferioridades que, durante esta travessia difícil da vida histórica de Angola, não tenha recordado o nome do seu maior Governador Geral — Henrique de Paiva Couceiro.

Não nos interessam as paixões, os ódios, as ideologias que afastaram Paiva Couceiro do serviço do país. Não nos interessam igualmente os partidos, as pessoas e as ideias, que na ordem política o atacaram ou defenderam.

A uns e a outros devemos o maior volume das nossas dificuldades presentes.

Duma coisa estamos profundamente convencidos: Se ha erros na ação política de Paiva Couceiro, se ha mesmo pecados, o que não sabemos nem interessa a uma revista sem política que a entrave — nem esses erros nem esses pecados poderiam ter atingido a limpidez dum caracter tantas vezes afirmada ou destruído o valor dos revelantísimos serviços que ele prestou á sua Pátria.

E como a vida dos homens só pôde, com verdade e justiça, julgar-se no conjunto dos seus actos, convencido estou também de que no dia em que, acalmadas as paixões, adormecidos os ódios, assente o lódo que que uns e outros levantaram, esse julgamento se fizer, o nome de Paiva Couceiro ha-de ter, por direito próprio, um lugar muito alto na nossa História Colonial.

Entretanto mal vão todos aqueles que nesta fase difícil, antepuzerem a um forte ideal de resurgimento, para o qual é necessaria a colaboração de todos os valores portugueses, sentimentos dissidentes duma política de ruins ídolos e vasia de grandeza.

Foi esta ideia que nos levou a procurar Paiva Couceiro e a ouvir a sua opinião sobre Angola — essa Colónia que ele tão devotadamente serviu e cujo "portuguesismo" tanto lhe deve.

Moveu-nos um ponto de vista sentimental: Recordar um nome que deve ser grato a quantos sinceramente desejam o prestígio, a honra e a grandeza do Imperio — e também um ponto de vista prático: Recolher a opinião duma autoridade, que é das que mais sólidamente se afirmaram no estudo e no conhecimento dos problemas coloniais.

No seu tranqüilo recolhimento de Santo Amaro de Oeiras conversamos durante tres horas com o antigo Governador Geral de Angola.

Paiva Couceiro tem ainda a mocidade de espirito e a bela galhardia mental de outros tempos. Por detraz duma fisionomia enquadrada por cabelos brancos depressa se manifesta a chama do patriota, o quente idealismo do português.

Quer viver retirado e esquecido. Isso não o impede de conversar livremente com um camarada moço — um camarada que olha em volta de si e só raramente encontra Chefes, orientadores e mestres como elle foi — uma das muitas ilhas desta geração infeliz.

As nossas primeiras palavras sobre Angola, Paiva Couceiro diz-nos:

— Sim, Angola não está bem. E este "não está bem" refere-se a uma situação que, talvez mais na ordem internacional do que na interna, exige cuidados sérios e prontos. É indispensavel um grande movimento de resurgimento que reate a obra colonial iniciada com Antonio Ennes em 1895 — uma obra de ocupação militar concluída e uma obra de ocupação económica que se estava de-

envolvendo com brilho. Não basta ter uma ideia e um pensamento imperial. É preciso dar-lhes praticamente uma grande extensão — realiza-los. Temos que fazer de Angola um grande Brazil. É a nossa conveniencia, é a nossa missão, é a nossa mais alta razão de ser.

— Crê V. Ex.^a que o podemos fazer?

— Creio. A decadencia que atravessamos é mais de organização que propriamente de pessoas. Sinto que ha valores dispersos e que os portugueses são hoje, como ontem, capazes de cumprir a sua missão. O que é preciso é que os libertem desta organização decadente, congeminaada e alimentada por burocratas, que adiam, entravam e dificultam toda a ação productiva. Tem que refazer-se e proteger-se a mentalidade do homem de ação e enquadra-la na organização conveniente. Foi com ela que fomos grandes, só com ela podemos voltar a sê-lo. Repare num triste sintoma: a abundância e a confusão da legislação colonial. É um fenomeno de decadência. Duma maneira geral, podemos dizer que tudo quanto se tem legislado já existia nas leis anteriores. Mas em lugar de se cumprir o que já estava prescrito e que demandava ação, legisla-se de novo — o que é apenas burocracia.

Paiva Couceiro fala com a firmeza e a segurança de quem tem ideias sólidas e arrumadas. As suas palavras traduzem a recordação dos entraves que a sua ação sofreu por parte da burocracia irritante e negativa que nos sufoca.

Fizemos uma pergunta mais concreta:

— Que ideia entende V. Ex.^a que deve dominar a administração de Angola?

— Uma ideia económica. Embora condicionado por uma ordem financeira o problema de Angola é um prode fomento. E como problema de fomento é essencialmente um problema agricola. O futuro económico de Angola é função do seu desenvolvimento agricola e da organização duma produção que tem como base a agricultura. A cabeça que presidir aos destinos de Angola deve ser, sobretudo, uma cabeça económica.

— E a maneira de lá chegarmos?

— Uma vez estabelecida a ordem financeira e administrativa, mas, em qualquer caso, rapidamente, esse resultado só pôde alcançar-se por meio duma organização assente numa larga e cuidada assistência técnica junto dos agentes de produção: Os indígenas na pequena agricultura formando o elemento mais importante da produção: Os agricultores europeus na agricultura intensiva.

— Mas essa assistência...

— Não pôde ser, evidentemente, uma assistência de burocratas gisando planos e relatórios num gabinete de Luanda. Tem que ser activa, organizada e penetrante. Nela inclúo, não só a parte rigorosamente técnica mas também o elemento crédito. Simplesmente, o crédito a conceder pelo Estado, em casos tais não pôde ser o crédito em dinheiro. É a ruina do crédito agricola e, em geral, do crédito de fomento. O dinheiro dispersa-se e não se aplica totalmente para o fim a que foi destinado.

O Estado não deve emprestar dinheiro para fomento; deve emprestar sim — e então com a máxima largueza dos seus recursos — os valores materiais necessários ás explorações (alfaias, sementes, mão de obra, técnicos, estações experimentais etc) segundo uma orientação que ao mesmo tempo respeite a técnica e a razão económica que superiormente domina a colónia. Angola tem enormes possibilidades agricolas que lhes garantem um notavel esplendor económico. Simplesmente, essas possibilidades não podem ser exploradas fantasiosamente. E para não o serem é necessario que a ação coordenadora

do Estado se exerça segundo uma diretriz em que os produtores ingressem e que não sejam estes quem, isoladamente, as andem traçando querendo que o Estado as patrocine, mesmo quando são mal orientadas. A colaboração entre o Governo e os produtores é absolutamente indispensável mas nessa colaboração cada um terá o seu lugar e só o seu lugar. O Estado, por exemplo, não pôde nem deve auxiliar o agricultor que cultiva tabaco onde devia cultivar trigo ou que vae explorar o algodão onde apenas se dá o palmar.

Paiva Couceiro está ao facto dos grandes problemas modernos de Angola. Sente-os, ama neles esta colónia que foi a primeira onde serviu. Fala com uma sinceridade e uma clareza impressionantes. Arriscamos mais uma pergunta:

— Concorde V. Ex.^a com o primeiro decreto do actual Ministro das Colónias, o que manda fazer a reorganização administrativa de Angola?

— Decerto. Como lhe disse entendo que é necessário estabelecer uma ordem financeira. A condição dessa ordem é o equilibrio do orçamento ordinário.

— No entanto há quem tenha defendido a idéa de que o *deficit* tem que existir temporariamente, no orçamento ordinário?

— Nem temporariamente. O Estado tem que dar exemplos de administração aos particulares. Como lhes ha-de exigir e aconselhar a obediencia a um certo número de regras indispensaveis ao crédito privado se ele próprio, Estado, fôr o primeiro a não as cumprir? Acho bem o Decreto. De resto ele refere — e isso é que é, como lhe disse essencial, que serão previstas no orçamento extraordinário despesas reprodutivas para obras de fomento.

Paiva Couceiro mostra-nos a sua proposta orçamental para 1909-10 e evocando tempos saudosos do seu governo acrescenta:

— Também nos meus tempos de colonial militante havia *deficit* crónico no orçamento de Angola. Não era então fácil suprimi-lo, porque também não era fácil aumentar a receita dum momento para o outro nem restringir as despesas dos Serviços que asseguravam o exercicio da Soberania e que nesse tempo estavam montados com parcimonia. No projecto de orçamento para 1909-10, fiz estas mesmas considerações que eram então perfeitamente verdadeiras. Consta-me que durante os vinte annos subsequentes, se implantou um sistema de maiores larguezas, de pessoal, serviços, e remunerações. Ignoro no entanto as circunstâncias orçamentais de momento, no seu detalhe, o que me inibe de falar concretamente. Em princípio, portanto, direi que me parece necessário tomar como objectivo a supressão do *deficit* no orçamento ordinário; para esse efeito, deminuir despesas no orçamento actual, menos apertado do que os outros, talvez seja coisa possível. Estou mesmo persuadido de que o é. Aumentar receitas por meio da execução dum grande plano económico, julgo-o perfeitamente realisavel, dentro do natural praso de tempo. Como resumo repetirei apró-

ximadamente as mesmas ideas que já em 1909-10 expunha á Secretaria do Estado: "Se um empréstimo destinado á execução dum determinado plano de fomento, bem se explica e defende, como tratamento oportuno e obra de quem deita semente á terra na certeza da colheita, o mesmo não sucede com o sistema de empréstimo inerte e ruinoso que se perde sem germinação util no terreno estéril das dividas, cada vez pedindo mais. Nem a Metrópole poderia suporta-lo." Se não me engano é este mesmo o pensamento que se contém na nota ultimamente publicada pelo actual Ministro das Colónias.

— Crê V. Ex.^a que seja possível reduzir as actuaes despesas ordinárias de Angola?

— Estou convencido disso. No meu tempo fez-se uma obra de occupação militar e estendeu-se a rede de uma occupação económica tão extensa como a que hoje existe, com muito menos gente e menor complicação de de serviços. Creio que não são precisos tantos funcionarios nem tantos serviços. O que é necessário é que uns e outros sejam bons—isto é que não espalhem em Angola esse veneno burocrático com o qual se não pôde conformar um país novo cujo fomento pede homens productivos de acção e não homens parasitários de papeis. É preciso também que não sejam apenas mercenarias essas pessoas que servem em Angola. Onde não se põe um pouco de alma e de patriotismo, de devoção e de entusiasmo, não se serve tão completa e tão utilmente como Angola precisa. Não foram apenas mercenarios os homens que occuparam Angola e por isso ela se occupou. Nunca mercenarios suportariam os sacrificios, os martirios, e até a ingratidão, que essa occupação custou a quem a fêz. A improdutividade dos funcionarios não se compensa nem se elimina aumentando o seu número. O problema põe-se hoje como se punha ha vinte annos, como se porá eternamente. O serviço da Pátria, seja elle qual fôr, exige patriotismo, amor pela função e fé na sua utilidade. Este é um agente moral de produtividade e é indispensavel. Sem elle o número de funcionarios aumenta e o seu rendimento em trabalho diminue. Sem elle só ha mercenários e os mercenários sempre serviram mal. Tenho a impressão de que se pôdem fazer grandes reduções nas despesas ordinarias de Angola se, ao mesmo tempo, os serviços e os funcionarios forem organisadas para uma acção movimentada e productiva.

A entrevista ia longa e não era possível abusar mais da gentileza com que fomos atendidos. Paiva Couceiro falava com uma mocidade e um patriotismo que queriamos que fossem observadas por todos os portugueses novos, por todos a quem o seu exemplo faria bem.

E de ouvi-lo compreendemos a razão porque durante essa fase brilhantissima do resurgimento colonial, elle e outros que o acompanharam, conseguiram resultados tão extraordinarios e uma obra tão extensa: Não eram mercenários. Tinham a fé, tinham patriotismo—eram todos—como Couceiro—superiormente portugueses!

HENRIQUE GALVÃO



O problema das transferências de dinheiro das colónias para a Metrópole surgiu com o após guerra, para, até agora, não mais desaparecer. Se o encarmos de frente, desprendendo d'êlê tudo que é accidental e, embora conexo, a êle fundamentalmente estranho, facil é compreender que afinal, o problema das transferências não passa de um problema de câmbio.

Avariaram-se os câmbios das colónias portuguesas, como se avariaram os de quasi todos os países europeus.

Mas esta verdade, assim nuamente formulada, levou tempo a ser admitida e ainda hoje nem todos querem concordar com semelhante interpretação deste fenomeno economico. E, contudo, se desejarmos preconizar soluções eficazes, importa antes de mais determinar, com espirito realista, o diagnóstico exacto.

Tenha cada uma das nossas colónias a sua balança económica equilibrada, sem anormal excesso de meios de pagamento — e com esta expressão me refiro á inflacção monetária e á inflacção do crédito, cujos efeitos para o caso se equivalem perfeitamente — e a sua moeda se não desvalorizará nem dificeis marneis impedirão a normal migração de capitais.

* * *

Destina-se êste artigo a falar tão sómente do problema das transferencias de Angola — unica colónia de que, sem especiais melindres, é dado a quem escreve estas linhas publicamente se ocupar.

Se a balança comercial de Angola esteve quasi equilibrada, como parece entender o Sr. Vicente Ferreira (Situação de Angola, pag. 18), outro tanto não sucede com a sua balança económica.

E mesmo a balança económica acusa um *déficit* que não é de desprezar na apreciação da situação de Angola como se vê dos seguintes números:

Anos	Importação	Exportação	Diferença
1920	22:183	17:117	5:066
1921	39:995	23:597	16:398
1922	95:098	68:943	26:555
1923	42:875	201:112	41:763
1924	313:098	275:914	37:184
1925	253:145	233:638	19:507
1926	255:569	118:458	67:111
1927	284:313	213:148	71:165
1928	269:822	272:372	2:550
1929	312:379	281:920	30:459
1930	245:632	233:968	11:664

(Em milhares de contos)

Mesmo querendo corrigir, para mais, como é devido, os valores da exportação a diferença contra Angola subsiste em cifras de montante apreciável.

Mas se olharmos também para os outros factores que influem na balança de pagamentos, logo notaremos que

O Problema das transferências de Angola

Pelo DR. FRANCISCO MACHADO

ADVOGADO E ECONOMISTA

sê ocultam nas luzes que se revestem a economia de Angola feridas por onde se estaque o valor da sua exportação.

De facto, Angola paga os fretes marítimos em moeda que lhe é estrangeira.

A circunstância do carregador pagar por vezes o frete em moeda da colónia não inva-

lida esta afirmação, pois se o carregador assim se desonera, a empresa, necessitada de fazer pagamentos externos, logo transfere o dinheiro recebido — o que equivale para Angola a pagar, como ficou dito, os fretes marítimos em moeda que lhe é estrangeira.

As empresas que lá trabalham transferem os seus lucros para o exterior. Em verdade, ou se trate de sociedades anónimas, que á semelhança do banco emissor, teem o capital expresso em moeda diferente da da colónia e fóra dela residentes os seus acionistas, tendo de distribuir os dividendos na Europa, ou se trate de sociedades constituídas de qualquer outra forma, ou até de empresas individuais, quasi todas remetem para o exterior o resultado da sua exploração. O ideal do colono é amealhar o seu dinheiro na Europa para aí gosar um dia a sua reforma, desde que, por enquanto, rarissimos são os que definitivamente se fixam na colónia.

Por esta mesma razão, apreciavel parte da remuneração do trabalho europeu em Angola, seja o vencimento dos funcionários públicos, sejam honorários ou salários dos que se occupam em qualquer profissão particular, é por igual enviado para o exterior.

No exterior também são, afinal, pagos os prémios de seguros e os juros de grande parte dos capitais investidos em empresas angolanas, sabido como é que a maior parte das casas de Africa são devedoras e não credoras dos escritórios da Europa que, por seu turno, aqui teem os seus compromissos, que em moeda de cá teem de ser saldados em juros e principal.

E nem se julgue que a contrabalançar todas estas em 1930, (Vidê Relatório do Banco de Angola, exercício d 1930) isto apesar da política de consignações se saídas da capital, que na balança comercial se não reflectem, emigrações invisiveis também existem.

No momento presente, atenta a ortopneia provocada pela crise mundial não se formam empresas novas. Mas, ainda que se formassem, no exterior empregariam os capitais obtidos, pois no exterior adquiririam os objectos necessarios á exploração do seu comercio ou industria, só importando o estritamente necessário ao pagamento dos salarios, parte dos quais são depois, como ficou dito, pelos funcionarios brancos novamente transferidos. E outras entradas occultas não ha — além das do Estado adiante me referirei.

* * *

Temos assim os dados do problema: balança comercial desfavoravel; balança economica — não entrando com a intervenção do Estado — desnivelada.

Como consequencia, o banco emissor tem um déficit de coberturas que monta a 90.757 contos em 1927;

43.223 contos em 1928; 49.519 contos em 1929 e 36.511 guida pelo banco.

Contudo, a moeda de Angola tem estado ao par da da Metrópole, e o banco tem feito ilimitadamente e sem quaisquer restrições todas as transferências.

Para isso de resto ele foi creado.

Mas é ao Estado — exclusivamente que — Angola deve a paz cambial destes últimos anos.

O banco emissor, por si só, não podia efectivamente manter a moeda ao par, transferindo ilimitadamente e não há querer-lhe mal por isso, pois um banco não é um taumaturgo económico, ao invés do que muitos creem... e muitos outros fingem crêr.

De resto o Banco de Angola, de recente criação, não pode ainda canalisar, por seu intermédio, as poupanças portuguesas para a colónia, assim e com recursos da nação mas não do Estado contribuindo para a paridade monetária. E que o pudesse ter feito, de discutir era se as suas funções de banco emissor o aconselhavam a seguir semelhante política, nem sempre isenta de perigos e em todo o caso de certa maneira estranha à sua função própria.

Assim, com efeito, tem sido o Estado que tem suprido, quer directamente, quer por financiamentos feitos à colónia, os déficits de coberturas de Angola. E dest'arte se criou uma situação de diferença de que ainda poucos se aperceberam e que, desapassionadamente, se me não afigura justa.

De facto, porque motivo há de Angola gosar de um privilégio que mais nenhuma outra colónia portuguesa disfruta?

Que razões justificam uma excepção na política monetária colonial a favor de Angola?

E note-se que dizendo «a favor de Angola» eu não escrevo «em detrimento das outras colónias».

Mas, realmente, a Mãe Pátria tem tratado esta sua colónia com excepcionais cuidados, com disvelos de especial carinho.

Resta saber se realmente era de uma absoluta necessidade para a economia de Angola a paridade da sua moeda com a da Metrópole. Assunto êste de que me não occupo hoje, suscetível em todo o caso de larga discussão, qualquer que seja a conclusão a que se chegar.

Assim como importa muito ver se os sacrificios que Portugal tem feito por esta parte do seu império colonial têm sido devidamente applicados, se em úteis e reproductivos fins têm sido dispendidos os dinheiros fornecidos, se um plano de conjunto, devidamente estudado e ponderado, tem sido metódica e sucessivamente effectivado, se um lógico espirito de seqüência tem presidido aos gastos realísados, se uma devida e escrupulosa economia tem sido norma sempre seguida.

Assuntos todos êstes estranhos ao presente artigo e que só numero para que se me não atribua intenção errada quando deixo assinalados os carinhos e os reais sacrificios que a Metrópole tem tido e feito por Angola. São duas questões perfeitamente separadas, nitidamente distintas: os auxílios que o contribuinte português, por intermédio do Estado, é claro, tem prestado a Angola, auxílios que representam sacrificios e a justa applicação dos recursos obtidos.

Mas não nos desviemos do âmbito dêste artigo...

Na impossibilidade financeira de applicar a política monetária até há pouco seguida para Angola a todas as outras colónias, de duvidosa — pelo menos — utilidade, possível que fôsse essa applicação, o regime seguido para Angola não se podia manter.

Justificável ainda seria que, transitòriamente, o Estado suportasse os déficits de transferências das colónias.

Não há razão para que permanentemente e só para uma colónia o fizesse.

E assim veio o decreto n.º 19.381 que, limitando as transferências de Angola às coberturas obtidas, vem collocar a colónia no regime em que se encontram todas as outras e que se me afigura o único defensável, nos termos que abaixo vou expôr.

A justificação da criação de um orgão de emissão exclusivo e próprio para a colónia atenua-se e dilue-se consideravelmente, mas em compensação estabelece-se em bases exactas um regime racional e lógico.

* * *

Creio, porém, que, sobretudo no momento presente, não basta dizer a Angola: «Transfere-se única e exclusivamente dentro das coberturas obtidas: a moeda da colónia vale o que na realidade e sem artificios e estranhas ajudas valer».

Um semelhante desinterêsse não estaria nas tradições da política da Metrópole em relação a nenhuma das suas colónias e muito menos em relação a Angola e, além disso, seria prenhe de inconvenientes, que não podem passar despercebidos a quem tenha a consciência das suas responsabilidades de governante.

Mas é, sobretudo, por meios indirectos que é preciso obter a paridade monetária.

Creio possível equilibrar a balança comercial de Angola, num período relativamente curto.

A colónia faz ainda muitas importações absolutamente evitáveis, desde que uma adequada política pautal e um fomento inteligentemente dirigido sejam praticados.

Eu não desejo — note-se bem — ver diminuída a importação em Angola: o que entendo é que os objectos importados devam ser diferentes, não se mandando vir de fora o que na colónia pudesse ser produzido em sãs condições económicas.

Por outro lado aumentada podia ser a exportação.

Longa seria a explanação necessária à integral demonstração desta verdade, mas creio bem que não há quem conheça Angola que a não dispense.

Ainda defensável seria — o que não significa que seja possível — que as coberturas do comércio pelo comércio principalmente em transferências fôsem utilizadas.

Eu me explico:

Quando atrás enumerei vários factores que influíam no desequilíbrio da balança económica não me esqueci de alludir às transferências dos funcionários públicos.

Ora os funcionários cumprem uma missão indispensável ao exercício da soberania metropolitana.

São em número demasiado? De acôrdo.

A produtividade do seu trabalho é escassa? Também o creio.

Mas, qualquer que seja a organização do quadro do funcionalismo de Angola — e é indispensável encarar de frente êste problema, dêa a quem doer — o que é indispensável é que a soberania portuguesa por seu intermédio se afirme e exerça.

E' humano, é lógico que os funcionarios, sobretudo os que vão occupar postos situados em localidades de mau clima, deixem ficar na Metrópole as suas famílias, a quem, depois, enviam as mesadas com que se sustentam e as economias que realizam, porque também é lógico e humano que quem se sujeita a suportar mau

(Continua na página 17)

CORRE época de nacionalismo económico, oportunidade de se tratarem os assuntos económicos de fundo e não pela rama, olhando os produtos coloniais com o carinho e cuidado que nos deve merecer o que é nosso.

Começarei pelo precioso café de Timor, quasi desconhecido no mercado de Lisboa.

Encontrei ha tempos numa publicação de estatística official referida a 1929, a seguinte pitoresca informação referente ao café importado pela metropole. Macau e Timor. . . 5 Quilos. Não faço comentarios ao número de quilos, nem á subtilissima razão, que faz apparecerem Timor e Macau ligados para a exportação de café.

O café não é expontaneo em Timor, foi introduzido em 1815, pelo Governador José Pinto Alcoforado e Sousa, cujo nome não deve ser esquecido na historia da colonia, pois tal era o seu entusiasmo pelo desenvolvimento da agricultura, que empregou as suas economias em obras de fomento e até a propria vida sacrificou, pois morreu ralado de desgostos provenientes da côrte de D. João VI lhe ter ordenado, que não procurasse re-haver o porto fronteiriço de Atapupo de que tinhamos sido expoliados pelos Holandeses.

A côrte então refugiada no Brasil dizia-lhe num officio:

«Que nada alterasse a boa intelligencia que de ha muito se observava entre as autoridades Portuguesas e Holandesas! Foi com transigências semelhantes que nós ficamos reduzidos a metade da ilha de Timor.

A cultura do café de início, encontrou grandes dificuldades resultante da situação política da colónia e das constantes guerras entre os diferentes povos. A nossa dominação era quasi nominal, a autoridade não tinha prestigio nem força para o impôr.

A cultura do café limitava-se ás proximidades da capital e só muito lentamente se foi estendendo para o interior.

Em alguns lugares o café produzia, mas não era aproveitado.

A autoridade não usava de boa política junto do indigena, para o convencer á cultura; o indigena supunha que o café não era dêle e que andava trabalhando para os outros.

Corrigindo a historia de Timor, tão dispersa e portanto tão desconhecida verifica-se, que o desenvolvimento da agricultura é fun-

ção da protecção benevola e dirigente dispensada ao nativo.

«O verdadeiro colono de Timor é o indigena e o grande colonizador é o Estado».

Em 1858 a exportação do café limitava-se ainda a 10 toneladas.

Governava então a colonia Afonso de Castro, que pelas suas qualidades de caracter e tacto político, tinha creado entre os chefes indigenas o povo, prestigio e confiança.

O sistema de cultura obrigatoria, triunfava então em Java; Afonso de Castro, visitou aquela colónia, estudou o sistema e adaptou-o a Timor.

Creou a repartição de culturas a qual teria como principais auxiliares os chefes indigenas.

Escolhidos os terrenos proprios para a cultura, feitos os viveiros proximo de cada povoação, dando o Estado a semente, fez-se o recenseamento das familias de cada aldeia e fixou-se o numero de seiscentas arvores para encargo de cada familia, sem prejuizo dos restantes trabalhos necessarios para prover ao seu sustento.

O quinto da colheita pertencia ao Estado, o restante era do indigena que livremente o venderia ao melhor preço do mercado.

Este plano não foi posto em execução por completo, mas teve a enorme vantagem de interessar o indigena na cultura e dar-lhes a confiança na autoridade que os dirigia.

A obra iniciada por Afonso de Castro mostrava os seus efeitos em 1881, pois o indigena convencendo-se que trabalhava, e via o resultado do seu trabalho, dedicou-se á cultura do café; exportaram-se no citado ano 2577 toneladas, e na casa dos mil se manteve até que em 1894, começou a declinar.

O fraco rendimento das arvores, tendo como causas principais, a sua velhice, pessimos métodos de cultura,

viveiros feitos com sementes velhas e de plantas fracas e degeneradas, provenientes das hortas dos indigenas aonde o café crescia como planta bravia, foram as causas de diminuição de produção.

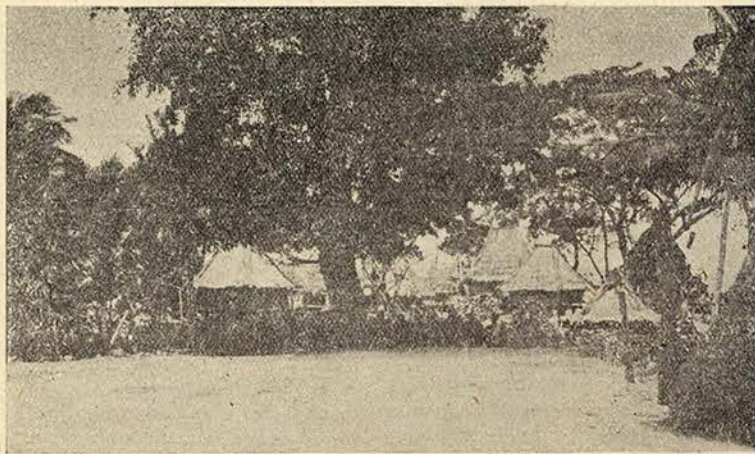
Doenças não havia nenhuma que se tenha apresentado com caracter de gravidade que produzisse baixa sensivel na produção.

A Hemileia vestatrix nunca devastou plantações

O c a f é nas colónias portuguesas TIMOR

Por JULIO GARCEZ DE LENCASTRE

TENENTE CORONEL DE INFANTARIA, ANTIQO SECRETÁRIO DO GOVERNO E CHEFE DO ESTADO MAIOR DE TIMOR.
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DOS ALUNOS DA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL.



TIMOR — TIPO DE POVOAÇÃO TIMORENSE

em Timor, como sucedeu no Ceilão e em Java. A espécie arábica que em 1851 foi introduzida na colónia é a que ainda hoje produz em Timor, o robusta, o liberia e o quilou, produtos híbridos que não pesam ainda na balança económica.

Alguns Europeus compraram plantações ou hortas de café, aos indígenas, aumentaram-nas, sem dúvida, mas os métodos de cultura quasi se não modificaram, continuou durante largos anos a velha rotina e daí o insucesso.

Em 1908 terminaram os 14 anos de governo de Celestino da Silva e manda a verdade dizer, que a sua longa governação, foi marcada por obras importantíssimas para o desenvolvimento material da colónia.

O governador Eduardo Marques creou uma granja experimental para ensaios de culturas de cacau e café, donde foram fornecidas, muitas arvores seleccionadas, para as plantações dos indígenas.

Em 1912 fundava-se a repartição do fomento agrícola e comercial e a agricultura tomou um aspecto completamente diferente, começando a ter uma orientação de conjunto, tendo por base a constituição da propriedade indígena, quer individual quer comunal.

Restabeleceu-se a confiança entre os indígenas indispensável para o fomento da pequena propriedade e intensificação de culturas.

A semente do café era distribuída aos comandos militares e autoridades administrativas, que dirigiam a preparação de viveiros, orientavam e disciplinavam o trabalho dos indígenas, fazendo deles verdadeiros associados do Estado.

A cultura do café limitada até então aos comandos de Hato Lia, Liquicá, e Motael generalisára-se, alastrando para os comandos de Bobonaro, Manatuto, Baucau, Viqueque, Mannfahi e Cova Lima. Nas terras de costa sul em Raimera de Manfahi, outrora fóco de rebeldias, creava-se uma granja agrícola que tomou o nome de granja Republica.

Procuraram modificar-se os velhos processos de cultura organizando viveiros metódica e cuidadosamente, fazendo a selecção de sementes e de plantas.

A publicação do boletim da repartição do fomento foi um elemento de estímulo entre os comandos militares e deu aos trabalhos uma sequencia e orientação cuja falta é muitas vezes a razão do fracasso duma obra.

Obra que só podia prosseguir com autoridades administrativas bem seleccionadas.

Do café plantado então, algum não vingou, sem vida, mas os numeros falam com eluquencia, vejamos o que eles dizem.

EXPORTAÇÃO em	1918	Quilos.	1918
	1919	1639,914	949,9000
	1920	895,000	1639,914
	1921	838,000	895,000
	1922	1762,000	838,000
	1923	1429,707	1762,000
	1924	1612,638	1429,707
	1925	1671,638	1612,638
	1926	1341,461	1671,638
	1927	2164,669	1341,461
	1928	1559,459	2164,669
	1929	1492,154	1559,459

Verifica-se que a produção em 1927 atingiu 2164 toneladas numero este que se aproxima das 2577 toneladas de 1881, numeros que dispensam comentarios.

São um minimo na produção mundial, bem o sei, mas representam a maior riqueza de Timor, representam a resultante do esforço de um povo trabalhador, porque a principal proveniencia do café exportado é da agricultura indígena as plantações de europeus entram apenas com a percentagem de 20% do total da exportação.

O habitat natural do café em Timor é a zona de floresta, nas ravinas abrigadas dos ventos do mar, nas altitudes de 1200 a 1500 metros.

As variedades Robusta Liberia e quilou cultivam-se nas baixas altitudes, mas a sua produção não pesa na balança económica, como já disse.

Os cafés de Timor são classificados em três espécies comerciais.

Moka (perlé ou caracoli) 1.^a e 2.^a qualidade.

O moka, chama-se em Timor ao café, em regra produzido nos ramos extremos das arvores, é o que se chama «péa berry» resultante da fertilisação dum só ovulo da flôr, formando-se na cereja uma só semente ou parche.

O café de Timor é pelo seu aroma e sabor agradável, considerado como café superior, o departamento de agricultura, Indústria e Comércio de Java pelas análises feitas nos seus laboratorios de Buitenzorg, classificou-o como um dos melhores cafés.

É sabido que as qualidades do café refinam com a idade, possuiu café colhido ha sete anos, que está deliçiososo, para evendenciar todas as suas qualidades necessita de ser medianamente torrado, para que em toda a sua exuberancia se desenvolva o oleo rico em aroma o *cafféine*.

Timor está na zona da influencia das Índias Neerlandesas, a navegação e o comercio local, são holandeses e assim esse precioso café vai quasi na sua totalidade, lotar os cafés de Java, canalizado num esteril comercio de permuta em que só são beneficiados os comerciantes de Makassar e Soerabaia.

No boletim n.º 54 da agencia geral das colonias trahei do assunto navegação de Timor e vantagem da sua

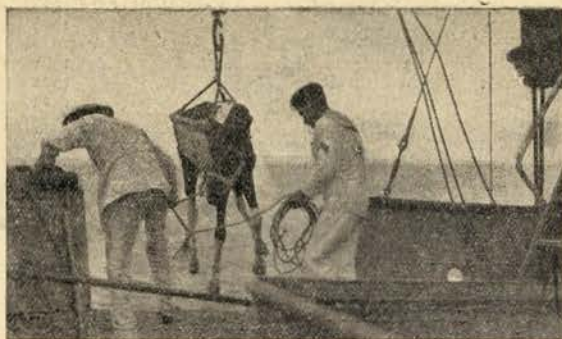


TIMOR — PONTE SOBRE A RIBEIRA DE SAME

ligação com Singapura, que representa a ligação com a Europa.

Em 1927 o café tinha em Makassar a cotação de 85 florins o pico (62 quilos) hoje a situação apresenta-se extremamente crítica. O café quasi não tem cotação, segundo as ultimas noticias; uma libra que eram ordinariamente dez patacas são hoje vinte, uma pataca e oitenta avos por cada florim.

O custo da vida subiu. O arrós era a 5 patacas está a 25 patacas o pico.



TIMOR = UM DOS VALORES DA COLÓNIA = O CAVALO TIMORENSE

O milho era a duas está a quinze patacas.

A pataca que chegou a valer vinte escudos vale hoje cinco.

E em impostos estão muito excedidas as suas possibilidades, como facilmente demonstra a análise cuidada dos ultimos orçamentos da colónia.

Basta dizer que tendo sido o imposto de capitação elevado ao dobro, a sua cobrança ficou muito longe do dobro da importancia que até então se con-

brava. Com vagar voltaremos ao assunto.

A partilha das colónias portuguesas em 1898

O príncipe de Bulovalow descreve as manobras germano-inglesas, em 1898, para as partilhas das colónias portuguesas, no seu primeiro volume de Memórias, da forma que a seguir transcrevemos.

Não é simplesmente uma pagina de história para arquivar entre velhas recordações. E' uma lição que é necessário aproveitar e de que não se podem perder nenhuma das consequencias:

«No verão em 1998, de comum acordo com o Conde de Hatzfeldt, nosso embaixador em Londres, tentei entender-me com a Inglaterra acerca das questões africanas, e sem ferir os sentimentos legitimos de ninguém, dar igual satisfação ás duas partes contratantes. Tratava-se das possessões portuguesas em Africa e, sobretudo, nesse momento até que ponto podíamos fiar-nos na «bona fides» inglesa. A ocasião era favoravel. Portugal, esse mau pagador, atravessava uma crise financeira de que eram as vítimas, ha muitos anos, a Alemanha e a Inglaterra. Portugal oferecia ás duas potências vender ou empenhar as suas colónias. Segundo o nosso acordo, Moçambique cujo posto de Lourenço Marques pertencia ha muito á Inglaterra, por direito de occupação, caíria sob a esfera da Inglaterra, as colónias de Africa Occidental sobre a nossa.

A colonia portuguesa do arquipelago da Sonda, seria dividida entre as duas grandes potencias. O acordo foi assinado em Outubro de 1898. Quando, em fins de Agosto, pude anunciar ao Imperador que o governo inglês se tinha declarado de acordo

connosco sôbre todos os pontos essenciaes, Sua Magestade Telegrafou-me:

Em 1900, vim a saber, pela indiscrição dum velho amigo, diplomata estrangeiro, confirmada por bancos parisienses, que um ano antes ao seu acordo com a Alemanha, a Inglaterra tinha concluido uma convenção secreta com Portugal, o tratado de

Windsor. Renovava expressamente velhos tratados nos quais a poderosa Inglaterra e o seu cliente de longa data, o pequeno Portugal, garantiam reciprocamente a integridade dos territórios com o compromisso de defesa reciproca em caso de perigo. Este tratado deveu-se sobretudo ao Príncipe de Gales, de quem o embaixador de Portugal em Londres, o Marquês de Soveral, era amigo pessoal. Este tratado de Windsor estava em contradição flagrante com o espirito do acordo germano-inglês respeitante ás colonias portuguesas. Era uma garantia para Portugal e, sobretudo, um encorajamento para este País em não... as suas colónias. Fortificava a tendência dos portugueses em dar vantagens aos ingleses em todas as questões economicas e consolidava a sua dependencia perante este país...

Quando a casa de Cobourg — Bragança, proxima parente da casa real inglesa e manobrada pela politica inglesa, deixou de reinar em Lisboa e quando o íntimo do Rei Eduardo, o elegante marquês de Soveral, deixou de representar Portugal em Londres e foi substituido por um radical português sem acolhimento na sociedade inglesa, a Inglaterra deixou de interessar-se por Portugal. O acordo de 1898 ia ser posto em vigor e assinado quando a crise provocada pelo ultimatum á Servia destruiu, com outras cousas preciosas, esta esperanza de futuro».

Funcionalismo Colonial

P o r A . C A R L A

CAPITÃO DE ARTILHARIA. AJUDANTE DO REGIMENTO DE ARTILHARIA DE COSTA DA MEDROSA.
DIPLOMADO COM O CURSO SUPERIOR COLONIAL.

I

NÃO obstante todos os diplomas que reservam determinadas funções administrativas coloniais para os diplomados com o Curso Superior Colonial, até agora não se tem verificado a observância desses princípios e as regalias justíssimas, que a lei lhes oferece, não tem sido respeitadas.

As nomeações para as Colónias tem-se sempre feito para servir todos os interesses, menos aqueles que a lei manda respeitar.

A nota officiosa mandada publicar nos principais órgãos da imprensa pelo sr. Ministro das Colónias, diz-nos, porem, alguma coisa que nos anima a escrever estas ligeiras considerações.

Assim, nela se menciona que «as colónias são países em construção; só podem fazer-se vagarosamente e pertinazmente com economia, sacrificio das comodidades pessoais, saber tecnico, trabalho e disciplina; etc».

Se o senhor ministro fala em saber tecnico, não pode, com certeza, excluir desta afirmação o que diz respeito á preparação especializada dos funcionários administrativos.

A administração colonial não faz excepção à regra que, hoje, impõe em todos os ramos da actividade humana uma cuidada especialização. A acção que os funcionarios administrativos são obrigados a exercer nos diversos aspectos do desenvolvimento duma colonia, não se compadece com improvisações, nem com um saber adquirido exclusivamente á custa da experiência pessoal, que, quasi sempre, peca por falta de oportunidade. E' preciso que os agentes que o Estado envia para as colónias tenham, previamente, tomado conhecimento dos diversos problemas que em taes paragens se apresentam. E' indispensável que saibam quais os métodos que a prática e a sciência sancionam, para que não se reeditem processos de que a experiencia já mostrou a incapacidade, e cuja adopção só representa um descrédito para a nação colonisadora que novamente, deles lançar mão.

E se um erro em matéria de colonisação se traduz sempre por graves prejuizos materiais e morais; hoje o grau de acuidade desses males é, incomparavelmente, muito mais elevado, porquanto, é durante as procelas que maiores cautelas se exigem na governação duma nau.

Não podemos esquecer que da decisão e iniciativa desses funcionários depende, muitas vezes, a resolução de casos que interessam á tranquillidade externa ou interna; que a sua acção se verifica num meio em que vivem populações cujos interesses, necessidades e habitos

são diversos. A fiscalisação do seu trabalho é muito menor do que aquela a que está sujeito o funcionalismo metropolitano e que, portanto, requiere um recrutamento extremamente cuidado e rigoroso, para que a sua idoneidade moral e intelectual corresponda inteiramente ás exigencias da missão, a cumprir.

E como satisfazer a tantas exigências se não aproveitando exclusivamente para o exercicio dessas funções aqueles individuos que, mercê duma preparação especial, se encontram manifestamente aptos para o seu desempenho.

E' uma verdade que todas as nações colonizadas ha muito reconheceram e que, infelizmente, em Portugal ainda não fez carreira; talvez pela convicção, que quasi todos possuímos, de nos julgarmos competentes para todas as empresas.

A Inglaterra, a Holanda e a França dedicam uma especial atenção ao recrutamento do seu funcionalismo colonial: escolas diversas em cada um destes países preparam convenientemente os agentes da administração dos seus vastos domínios.

A Bélgica, a quem a genial previsão do rei Leopoldo obrigou a transformar-se numa nação colonisadora, tambem não desprezou esta orientação e em pouco mais de 40 anos conseguiu realizar uma obra que extraordinariamente a eleva no conceito mundial. E se não fôsse a excelente preparação dos seus funcionários coloniais, certamente o govêrno daquele país teria uma maior dificuldade em reduzir o *deficit* previsto no último orçamento da sua Colónia, pois essa redução poderia anular a eficiencia dalguns serviços.

Ora é justamente numa situação um tanto ou quanto semelhante que se encontram alguns das nossas colónias. Ou a braços já com um *enormissimo deficit* como Angola; ou, se não tomarem as necessárias cautelas, a formidável crise que em toda a parte se manifesta, fará aparecer igualmente esse mal a juntar a todos os outros.

Exige-se, portanto, uma severa política de economia destinada a restabelecer ou a manter o equilíbrio, diz a nota officiosa, e parece-nos, que ninguem de boa fé poderá de tal discordar. Mas uma tal política exige para umas colónias que os seus quadros e serviços não sejam aumentados, para outras que elles sofram uma redução.

E para que a sua eficiencia não diminua, para que não se ponha em perigo a occupação da colónia, desnecessário é afirmar que não é possível continuar-se a transformar em funcionários coloniais, os que apenas «de ouvido» saibam da existência das colónias, ou o que ainda é peor, individuos sem nenhuma espécie de cultura.

Vamos contar um facto, que ha dias nos referiram deveras sugestivo para se avaliar das poucas letras de alguns.

Num concurso para funcionarios administrativos ultimamente realizado na capital duma das nossas principais colónias, um candidato, respondendo a um dos pontos, casou um cidadão, «in articulo mortis» depois de ter passado a certidão de obito. E foi, crêmos, aprovado. Perdeu, com certeza, a colonia com a aquisição de tal

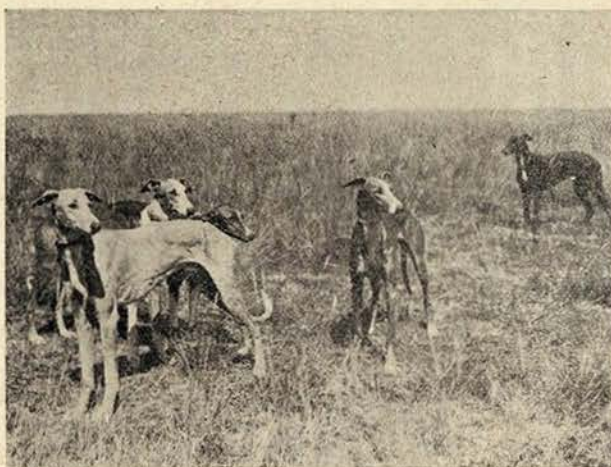
funcionario, mas em compensação devem ganhar as meninas levianas a quem as Parcas queiram pregar a partida de impedir uma justa reparação . . .

E' enquanto, se passam estes e outros factos semelhantes, a entrada nas colonias aos diplomados com o Curso Superior Colonial é ferozmente interdita; publicando-se até diplomas legislativos como o N.º 169 do

governo de Angola (B. O. A. n.º 49, de 1930,) atentos dos mais legítimos direitos e em que e igualmente, não são atendidos os superiores interesses da Nação.

Terminamos, assim, por estas considerações irem já muito longas, reservando para o proximo numero a explanação da forma como algumas Potencias Coloniais fazem o recrutamento do seu funcionalismo,

PORTUGAL EM ANGOLA



GALGOS NA HUMPATA

Afirmações do Sr. Agente Geral das Colónias

No dia 25 de Janeiro, conforme as reproduz o jornal de Luanda «A Provincia de Angola» num dos ultimos numeros de Fevereiro:

«O equilibrio dos orçamentos coloniais, por exemplo, deve ser a consequencia dum certo numero de fenomenos politicos, sociais e administrativos; nunca com vantagem poderá resultar das disposições dum artigo de determinada lei. E' absurdo, por exemplo, exigir que Angola, equilibre o seu orçamento com receitas ordinarias. Angola só poderia conseguir tal asfixiando-se, suicidando-se. Durante muitos anos ainda o orçamento de Angola deve apresentar grande déficit entre as suas despesas e a sua receita ordinaria; exige-o o interesse nacional».

Como aqui já confessamos o nosso pleno acordo com a politica financeira do sr. Ministro das Colonias,

No dia 3 de Abril de 1931, numa entrevista publicada no «Diario de Noticias», depois das afirmações feitas pelo Sr. Ministro das Colónias no preambulo do Decreto que manda fazer a reorganisação administrativa de Angola, o Sr. Agente Geral das Colónias, felismente para Angola, e decerto para êle próprio, afirmava:

«O orçamento da colonia em 1908-09, apontava uma receita de 1.637,000\$00 e uma despesa igual; e em 1930.31 mostra uma receita de 170,352,600\$00 e uma despesa equivalente».

A Metropole tem fatalmente que financiar Angola, mas não como se tem feito no passado, acudindo-lhe com umas dezenas ou mesmo umas centenas de milhares de contos para cobrir déficits e tapar buracos que imediatamente desaparecem na vora gem dando o mesmo efeito que um balde de água lançado acasoa sobre uma grande fogueira».

só nos congratulamos por ver que o sr. Agente Geral das Colonias, hoje, tamlem parece concordar com ela

página literária

FOI um fakir que nos disse a razão porque os hindús se sujeitavam ao ordálio das chamas. Não um fakir occidentalizado, como se vê no Coliseu dos Recreios; mas um autentico fakir, cujo traje se limita a uma banal cõr de açafraõ, apresentando o corpo, todo sarapintado, amparado a um frágil bordão e de sacola ao hombro.

Extremamente magro, o cabelo em desalinho, de olhos brilhantes denunciando decisão, o rôsto emaciado figurando sofrimento, vai o fakir, alimentado duma fé que não vacila, duma vontade que não trepida e o estimula, caminhando atravez dos vales e montes, campinãs verdejantes e desertos sem fim. Caminha, e sempre caminha essa figura que pouco tem de humana, ninguém sabe com que fim e por que razão, estendendo a mão á caridade pública, e não hesita mesmo em receber as esgalhas que outro mendigo, que não seja fakir, lhe queira dar.

E, muitas vezes, nessa classe de fanáticos religiosos se encontram homens doutos e outróra influentes na cidade ou aldeia, em que viviam, ás vezes ricos e poderosos, e que num dado momento, em cumprimento dum voto, deixaram familia e todos os seus haveres, e cheios de abnegação sujeitaram-se ás mais terríveis agruras, para alcançar um bem espiritual, uma fugaz esperança de que noutra vida, no além-tumulo, será mais perfeito, mais feliz.

Era numa cálida noite de Maio, de luar esplendido; o mágico luar do Oriente, que acorda emoções de amor nos novos, e de saudade nos velhos, saudades dos tempos em que uns olhos negros arrancam dos labios confissões e juras de amor eterno. . .

Estavamos na Índia e na provincia. Preparavamo-nos, física e espiritalmente, para uma longa jornada á Africa, que seria em Julho.

Até á nossa vivenda, que, airosa se debruçava sobre a límpida água dum rio que, de quebrada em quebrada, descia pelos estreitos desfiladeiros de alcantiladas montanhas, que no longinquo horizonte desenhavam suas formas extravagantes, chegou a noticia de que nessa noite, na aldeia próxima, e na visinhança dum templo hindú, se celebraria o anual ordálio das chamas.

Não foi difícil convencerem-nos a que fóssemos vêr o ceremonial. Admiradores, como sómos, das coisas do Oriente, passando horas inteiras na leitura do Valmiki e Vyassa, era natural que quizessemos vêr com os nossos próprios olhos o que os velhos livros nos diziam.

E para lá fõmos.

A' meia noite saía do templo, em palanquim dourado, «Draupadi», deusa da Virtude. Defendendo-a dos bran-

ordálio das chamas

Por JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

ESCRITOR, PUBLICISTA E ANTIGO DIRECTOR DA IMPRENSA NACIONAL DE ANGOLA

(Do livro «FULGORES DO ORIENTE» premiado no último concurso de Literatura Colonial).

dos raios dum luar dulcíssimo, como os há sómente no Oriente, um sacerdote segurava uma umbela de sêda doirada de colossais dimensões. Seguido de milhares de devotos, homens e mulheres, o palanquim aproximou-se

do local destinado ao sacrificio.

Num terreno plano de alguns 30 metros de comprimento, mas estreito, desde as primeiras horas da noite, grossos toros de madeira sêca dispostos em pilha ardiam em alterosas labaredas. Pareciam abertas as portas do inferno. Fulgõres da superstição milenária, ainda não extintas.

O séquito torneou as chãmas ardentes, que pareciam braços gigantescos, sensuais, famintos, e, pausadamente, ao som dum tam-tam triste, como vozes em pranto penitente, seguiu outro caminho e transpoz os humbrais do templo. As bailadeiras, formosas vestais imoladas pelo estigma religioso, não tomaram parte no cortejo, como é de uso em muitas festividades. Emudeceram desta vez suas vozes argentinas que, adentro do templo e á sombra dos deuses protectõres, costumavam em cânticos evocadõres lembrar as graças do simbolo da Virtude.

Momentos depois surgiram dois sacerdotes hindús, conduzindo uma ovelha. Levaram-na para o tôpo do terreno onde chamejava a pira. Um dêles, o mais graduado, num golpe rápido e certo separou-lhe a cabeça do tronco. A faca e cabeça foram lançadas para um lado, e depois, os dois, segurando o corpo do animal tornearam o recinto. Os vestigios do sangue que deixavam em redor, marcava a barreira que impedia a todo e qualquer simples mortal a passagem durante a cerimonia.

Findo êsse prólogo do drama, que o fanatismo religioso ia representar, o sacerdote mais velho, empunhando novamente a faca sangrenta, caminhou, sereno, sobre as brasas ardentes, e atravessou o recinto em todo o seu comprimento. Seguiu-o o seu companheiro, com a mesma impassibilidade, com igual fé.

Chegou depois a vez dos que fizeram o voto. Cada um dêles empunha uma vara delgada. Ninguém vacila. Aquêles que se encontra mais próximo é o primeiro a atravessar as chãmas. Fá-lo com passo cadenciado. Caminha sem pressa, sem trepidar. Desenha-se no seu rosto o sofrimento, mas as dôres físicas, não são dôres que derrubem aquêles que, amparados na força espiritual, vislumbram no horizonte a esperança dum bom porvir. Cada um por sua vez vai transpondo o rúbido trajecto.

É agora a vez das mulheres, das donzelas. Não são elas menos animosas do que os homens. Êstes mostram no rôsto e nos gestos um entusiasmo pouco vulgar. Alguns proferem palavras em voz baixa e cavernosa; outros gritam, ou desafiando as iras de Indra, o deus do fogo, ou implorando a sua divina misericórdia, pedindo-lhe, talvez, que as chãmas ardentes lhes sejam benévolas.

As mulheres não! Caminham de olhar baixo, velado, talvez orando, talvez recitando uma prece, mas cheias de fé, confiantes na força do destino, amparadas pela sinceridade da sua promessa, da ingenuidade de todo o seu sêr.

No extremo oposto ao da entrada no recinto, existe um pequeno tanque, onde todos, findo o trajecto, mergulham os pés. Alguns caem inanimados, outros nem sinais dão do que sofreram. . .

Chega o termo do ceremonial. Da bôca de milhares de almas, ouve-se, então, com um ritmo fantástico de suprema ventura, o grito evocador de «Nerpú»!

Começa a debandada. As châmas ali ficam vomitando fumo, que se esconde no mistério da noite, e não tardará que os flôcos de cinzas em que elas se transformarão, o vento os desfaça, — mas a ardente fé dos que se submeteram ao ordálio, manter-se-há firme e constante, como a jura que levou os crentes á penitência.

.....

Agora a lenda.

E' o fakir quem nos vai contá-la. Ouvimo-lo dizer:

— Que em época distante, milhares de anos antes de Cristo, nos tempos em que se deram os primeiros episódios narrados no Mahabharata, o rei Duproda, que andava em guerra com os reinos visinhos foi feito prisioneiro pelo príncipe Arjuna, homem de grande força e agilidade, querido dos seus subditos e invejado pelos inimigos. Duproda foi encerrado num cárcere e teve como guarda um homem que muito o maltratou, ultrajando-o.

O rei prisioneiro, no isolamento da sua cela pensou em vingar-se e prometeu aos seus deuses que, se tivesse filhos, a filha daria em casamento a Arjuna para dele se vingar; e ao filho ensinaria como castigar o guarda que o ultrajara.

Posto em liberdade anos depois cumpriu-se a promessa. O rei teve um filho e uma filha. A filha à medida que ia crescendo em idade, crescia em formosura.

Chegou o tempo de a casar. Correu pelas cercanias a noticia do grande acontecimento. Acudiram ao palácio dezenas dos mais garbosos principes reinantes, uns mais ricos do que outros, todos loucamente apaixonados pela deslumbrante formosura da princesa, que se chamava Draupadi.

A filha de Duproda sabia que era belá e desejada, requestada, mas não tinha o direito da escôlha. O noivo não seria o eleito do seu coração. O coração das jovens hindús, algumas delas formosas e encantadoras, pode palpitar em segredo, mas envolto no mistério tem de sufocar as suas vozes, tem de deixar queimar-se na pira da vontade paterna.

O rei seu pai, impoz, porém, uma condição para se poder obter a mão da filha.

Mandou esculpir uma figura de peixe com sete cabeças, que lançou em seguida num tanque. Cada pretendente teria de alvejar as sete cabeças, com outras tantas setas que lhe seriam fornecidas; alvejando-as, porém, teria em mira a sombra projetada pelo arco nas límpidas águas do tanque.

O certame era de difícil execução. Não havia ninguém que conseguisse alcançar a mão da princesa; mas surgiu o último pretendente, um incognito, que prestes atingiu as sete cabeças do peixe.

Era Arjuna o vencedor. O rei conhecia-o como exímio atirador, e estava certo que havia de concorrer. Aproximava-se a hora da sua vingança.

Amparada nos braços amorosos de Arjuna, foi a linda Draupadi conduzida ao palácio do vencedor. Aí, o príncipe, aproximando-se de sua mãe anunciou-lhe que trazia um rico presente, apresentando-lha. A mãe lembra-lhe e impõe o cumprimento do pacto feito com seus quatro irmãos, de que todos os males e bens que a qualquer deles porventura coubessem por sorte adversa ou favorável, ficariam tácitamente pertencendo a todos em comum. O rei Duproda conhecia o pacto, e estava aí a sua vingança.

«Draupadi pertence-vos meus filhos», disse a rainha dirigindo-se a seus filhos. Arjuna recalcitrou, argumentou defendendo-se com todas as veras do seu coração, e não cumpriu o pacto.

Seus primos, vencidos no certame, e invejando-o, espalharam pelas cercâncias que Draupadi não era sómente de Arjuna. Êste, para ós desmentir, para provar o contrário, disse que as châmas comeriam as suas carnes se fôsse verdade o que elles afirmavam, quando êle se sujeitasse ao ordálio.

E o facto provou quanta verdade havia no seu dizer, quão falsos eram os boatos que os primos fizeram correr.

Vem daí a prática, mantida e cumprida desde tempos imemoriais na India, de ano a ano, em que homens e mulheres, donzeis e donzelas, para provar a verdade da sua fé, atravessam as rubras châmas.

E a imagem de Draupadi, que precede ao ordálio, é o simbolo da Virtude que vem dar fôrça moral — como ela teve para não cumprir o papel de vingadora imposto pelo seu pai — aos que possam, porventura, vacilar, ante as rubras châmas, no momento em que vão dar o primeiro passo . . .

.....

E assim acabou de contar o fakir a sua lenda.



NÓ dia 10 de Março ultimo realizou-se em Africa uma cerimonia que vai marcar uma época no progresso na nossa Provincia de Angola.

Passou ella quasi despercebida no Noticiário da Imprensa á parte uma referéncia aos telegramas trocados entre os Ministros dos Estrangeiros de Portugal e da Belgica.

Essa cerimonia foi o assentamento na estação de Tenke do

Congo Belga do último carril estabelecendo a ligação ferro-viária do Oceano Atlantico com o Oceano Indico.

Desde esse dia pode-se, tomando o Caminho de Ferro no Lobito, atingir os portos de Lourenço Marques ou da Beira. Estão pois ligados os dois Oceanos através da nossas Colónias de Angola e Moçambique. A situação geográfica das duas Colónias Portuguezas aumenta assim de importancia pois que as comunicações mais curtas com a Katanga e Rodesia Norte passam a ser aquelas que atravessam as nossas Colónias.

O porto de Lobito vê assim crescer a sua importancia de uma forma consideravel.

The «Rhodesian Mining Journal» no seu número anual de 1930, referindo-se ao porto de Lobito, escreve o seguinte, que reproduzo em inglês para dela não tirar o merecimento que uma má tradução lhe daria».

«In course of time a large proportion of South Central Africa's trade will pass through this western gateway; travellers to and from the Union will use this new railway as an interesting alternative to the Cape route to Europe; shipping lines are establishing themselves there, and in a year or two Lobito may be an air port to which the gold of the Rand, the diamonds of South Africa, the Congo and Angola, and the mails of a considerable portion of the sub-continent, will be flown for dispatch by fast mail boat to Europe. The threat of the Lobito Bay route has, in fact, at last become a very real spectre to Southern Africa, and in some quarters the prospect of a rate-cutting war which will affect freights throughout South Africa is spoken of».

Angola em 1928 exportou para o Congo Belga mer-

O PROGRESSO DE ANGOLA

As ligações Ferro-Viárias

Por E. E. GOES PINTO

ANTIGO INSPECTOR DE FAZENDA EM MOÇAMBIQUE E MACAU. ANTIGO SECRETÁRIO PROVINCIAL DE FINANÇAS DE ANGOLA

tonelagem desses principais artigos nos dois últimos anos:

	1928	1929	aumento
Sal Toneladas	936	3132	2196
Peixe seco »	6284	7312	1028
Feijão »	230	519	289
Milho »	12	37	25
Gado bovino. »	1405	2322	917
Gado suino. »	84	161	77
Farinhas de milgo »	100	615	515
At. ^{os} de alimentação não especificados »	25	420	405

As regiões de Katanga e de Rodesia Norte por fortemente mineralizadas não são aptas ao desenvolvimento agricola. A população mesmo talvez por esse facto é muito escassa e junto das suas povoações apenas se vêem alguns raquiticos pés de mandioca e raros exemplares bem enfezados de galinhas e cabritos. Assim essas regiões são necessariamente regiões importadoras de todos os artigos de alimentação.

E como as distancias aos países productores são enormes o consumo de conservas alimenticias é enorme e, paralelamente, a avidez por generos frescos encontra-se aumentada. Só quem não esteve ainda no interior d'África é que não aprecia o valor que ali se dá a qualquer genero fresco.

Alem dos artigos que acima apontei, Angola em 1929 tambem exportou para o Congo Belga embora em menores proporções os seguintes artigos: ovelhas, cabras, galinhas, carne em salmoura e não especifica-

cadorias num total de 10.364 Toneladas.

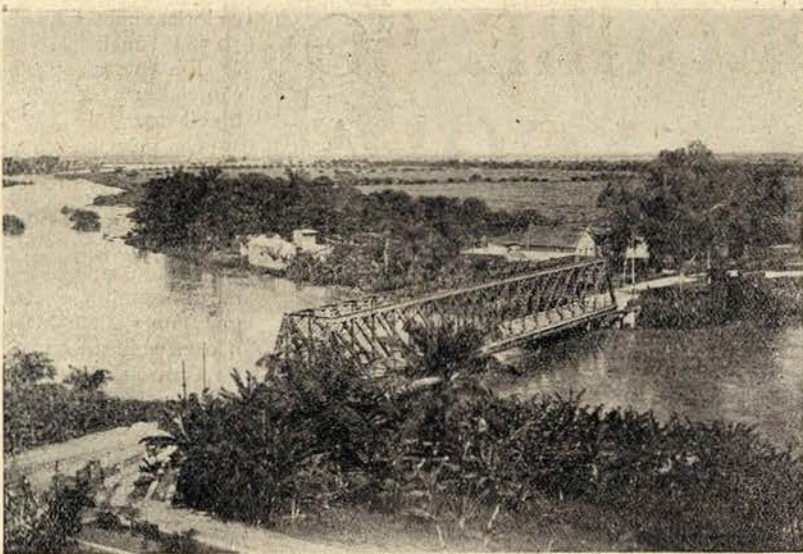
Em 1929 a exportação subiu para 16.523 toneladas.

Os principais artigos que Angola exportou para o Congo foram sal, peixe seco, feijão, milho, gado bovino, gado suino, farinhas de milho e artigos de alimentação não especificados.

Para se vêr o desenvolvimento que pôde tomar este comércio basta comparar a



EMBARQUE DE SIR ALLAN COBHAM NA MANHÃ DO DIA 8-4-28, ANTES DE PARTIR DO LOBITO



ANGOLA = PONTE DE CATUMBELA

das, gorduras comestíveis, leite, peixe em conserva, legumes frescos, conservas de legumes, batatas, frutas frescas e secas e em conserva, café, cacau, açúcar, especiarias, óleos alimentícios, cerveja, bebidas espirituosas, tabaco, madeiras para construção, lenha, sabão, cigarros, moveis em madeira, cerâmica e fosforos.

Mencionei aqui só os generos que Angola já hoje está apta a produzir. Raro porém é o artigo da Pauta do Congo Belga no qual não venha mencionada a Provincia de Angola por serem dali re-exportados, para o Congo Belga.

O Congo Belga importou em 1929, 862.326 Toneladas de mercadorias. Em 1928 importára 724.654 Toneladas. O Congo que é um país em formação importou mais 87.672 Toneladas num ano. Não consegui ainda obter os numeros de 1930.

A dois artigos de consumo me quero em especial referir: ao gado e aos vinhos. A região de Katanga só à sua parte absorve 3000 cabeças de gado mensalmente. Num total de 11.731 Toneladas, concorrem a Rodésia com 9.325 Toneladas e Angola com 2.322. Quere dizer que são estas quasi as unicas fornecedoras do Congo Belga. É a pecuaria uma riqueza natural de Angola. Com o desenvolvimento, digno de registo, que tem tomado em Angola os serviços veterinários do Estado, estou absolutamente crente que poderemos bater a Rodésia. Temos pelo nosso lado o factor menor distancia, que é consideravel.

Os vinhos portugueses estão tomando uma posição deveras interessante. A importação total dos vinhos baixou de 2.332.868 litros em 1929 para 2.073.998 em 1930.

No entanto a exportação de vinhos portugueses quer directamente de Portugal quer re-exportados de Angola passou de 235.767 litros para 427.157 ou seja, um aumento de 191.390 litros num ano.

Lobito e Benguela podem passar a abastecer de peixe fresco não só todo o interior da nossa Angola como

o Congo Belga nomeadamente as cidades de Elisabethville e Likasi.

* * *

Com a ligação dos Caminhos de Ferro agora feita Elisabethville fica à distancia de 2.111 Km. do Lobito. Pelo porto do Lobito passará a quasi totalidade dos passageiros em trânsito que farão assim a viagem de 3 dias para o Congo Belga. Tocam no Lobito já em carreiras regulares vapores das duas Companhias Portuguezas, da alemã, de uma Italiana e vão tocar a partir de Julho os vapores belgas de 12 em 12 dias fazendo a viagem Lisboa Lobito em 13 dias. Sei estarem assegurados por estes vapores um transporte minimo de 1.500 passageiros anualmente.

Aos novos horizontes que agora se acabam de abrir ao comércio de Angola, não é indifferente juntar o

do comercio dos géneros frescos para abastecimento dos navios no Lobito e as actividades que ali se podem desenvolver com o movimento constante de passageiros a embarcar e a desembarcar.

Corre em Portugal uma onda de descrença na nossa Provincia de Angola. Olhem todos para ela com olhos de verdadeiro affecto. Amparemo-la e ajudemo-la no seu periodo de crescimento. Ela bem o merece. Uma nova fase se acaba de abrir para ela. Procuremos todos os governantes e governados acabar de vez com as campanhas derrotistas que à volta dela se fazem. E agora que a transversal ferro-viária da Africa é uma realidade, nós que possuímos no Atlantico e no Indico os portos testas dessa linha, saibamos perante o mundo demonstrar que não é só pelos direitos historicos que as conservamos. Conservamo-las e principalmente pelas capacidades de colonisação e adaptação da nossa Raça.



ANGOLA = UMA DAS PODEROSAS MÁQUINAS DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

Política Indígena

Segregação, assimilação e adaptação

Por JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

ESCRITOR, PUBLICISTA E ANTIGO DIRECTOR DA IMPRENSA NACIONAL DE ANGOLA

PREGUNTA-SE, e com razão: Portugal entrará, de facto, no convívio das Nações, com a categoria de terceira potência colonial?

Seria justo que assim sucedesse. Na verdade, porém, não se nota uma confirmação lial dessa circunstância, e que possa ser verificada, ou devido á nossa indiferença quanto a realizações práticas, ou porque aqueles que tem interesses iguais aos nossos e inerentes responsabilidades perante o mundo, julgam de secundária importância o nosso acordo e apoio em matéria relativa aos indígenas e ás suas necessidades.

Para a solução dos problemas que implicam com o bem estar e o aperfeiçoamento das raças inferiores, nos seus diversos aspectos, e que se exigem resoluções práticas das coletividades, para tanto fazendo-se representar por individualidades com profundos conhecimentos dos assuntos a ventilar, — ignora-se por que razão Portugal não é ouvido nem chamado a dizer da sua justiça.

E esta exclusão tornou-se ainda mais notável desde que na conferência realizada em Londres, há próximamente dois anos, estiveram representados os países que não possuem colónias, como sejam a Hungria, Suíça e outros, os quais só poderiam interessar-se pelo estudo etnológico e sociológico concernente aos povos do continente africano, movidos unicamente pelo lado humanitário e sem terem mais tarde de agir directamente; enquanto que Portugal possuindo naquele continente vastíssimos territórios a administrar, procurando desenvolvê-los e fazê-los prosperar, e milhões de indígenas a socorrer, concedendo-lhes a garantia dum futuro bem-estar, tinha por indeclinável dever de não sómente acompanhar, mas até de esclarecer e guiar em tudo quanto parecesse necessário para o desenvolvimento das raças inferiores a seu cargo.

Não estranhemos, porém, até certo ponto, esta exclusão. A nossa obra colonial, até ao presente, quanto aos indígenas — excluída a forma como vimos tratando de os defender contra a doença do sono e outras — não tem uma orientação, que se possa dizer baseada em normas científicas, em ordem a que, estudada a origem das diversas tribus que povoam as nossas colónias africanas, assente sobre bases fixas os meios e métodos a adoptar no aproveitamento das qualidades de trabalho de cada uma, se obtenha pela segregação, assimilação, e adaptação, resultados que mais vantagens dêem aos nossos domínios.

Haverá, por acaso, um propósito nestê modo de proceder, ou será êle unicamente resultante da nossa indiferença pela actividade extra-muros em relação com os estudos científicos concernentes ás raças inferiores do sub-continente africano?

Seja por que motivo for, é de elementar justiça que Portugal acompanhe as outras nações coloniais nos seus movimentos a favor das raças africanas, desde que tem duas grandes colónias onde a população indígena terá de

ser tratada de maneira que possa ser aproveitada para suprir a falta de uma intensa colonização europeia.

Os altos estudos coloniais abrangem, hoje, com notável interesse, que tem justificação, tudo o que se prenda com os indígenas nos seus diversos aspectos, depois de estudada a sua origem, a sua evolução e a sua vida em comum. Nem todos os povos africanos se apresentam em condições de poderem ser guiados duma maneira igual. A feição característica das diversas tribus exige um tratamento que, ajustado ao seu modo de ser, se possa obter dêle resultados os mais satisfatórios.

Que se saiba, não existe da nossa parte qualquer estudo que demonstre um empenho decidido no aproveitamento das boas qualidades do indígena, e que pondo a nú as más se procure modificá-las, empregando os meios que os dominantes tem facilidade de encontrar quando orientados pelas instituições de diversa ordem, criadas para êsse fim especial, e constituídas não pelas individualidades que se dedicam, por mero delitamento, a essa ordem de trabalhos, aproveitando dos ócios da sua vida de labor, mas por aqueles que se dedicam de corpo e alma a tal estudo, fazendo dêle a sua especialidade, a sua única preocupação.

Fala-se muito da colonização, discute-se sobre o assunto com muito calor, recorda-se insistentemente do passado, como se a grande fase das nossas glórias como marinheiros e soldados, possa hoje ser o único esteio do do nosso futuro êxito. — e chega-se á conclusão que, desviando a corrente da emigração para os vastíssimos territórios da África, tudo fica solucionado; sem cuidar de saber se Portugal, como uma tão míngua população, pode de qualquer maneira encher as colónias de elementos úteis, que só por si concorressem, num futuro próximo, para equilibrar a influência do indígena pela sua evolução em contacto com seus pares dos territórios vizinhos, e que atinjam tal gráu de civilização, que lhes faça reconhecer que não representam tão-sómente um elemento docil e submisso da vontade alheia; mas que lhes cumpre, também, e mui naturalmente tomar parte activa no desenvolvimento das terras por êles ocupadas, e do seu progresso e riqueza.

Não se encontrando, por tanto, uma solução prática ao problema de colonização, mesmo desviando a corrente emigratória das Américas, deve naturalmente propender a atenção dos países coloniais para os problemas de segregação, assimilação e adaptação, que se apresentam como sendo factores de suma importância, e que adaptados simultaneamente ou cada um por sua vez, podem trazer uma solução que será favorável, conforme o interesse que cada um mostrar ao tomar o encargo de marcar as suas directrices para atingir o fim que se tenha em vista.

Tem de se notar que a ideia de colonização não deve nem pôde ser restricta á emigração europeia para o continente africano. A Inglaterra, que tem uma população apta a tomar o caminho das suas colónias, e que pode

A crise e a Navegação Nacional para as Colónias

A crise económica tem sido um flagelo para toda a humanidade, é certo, mas tem sido também o

P o r B R A Z I L T E M U D O

adversa a hábitos menos fáceis do que aqueles em que tinha vivido.

Cometeram-se, para serem acumulados aos males reais

pretexto e a desculpa fácil de muitos erros.

O período farto e movimentado que a antecedeu formou uma mentalidade larga em que certas regras de boa administração se diluíram na própria febre do volume e intensidade dos negócios. E também certos estímulos morais que eram a própria base essencial da organização do comércio e da indústria foram enfraquecendo, a ponto de, tanto na ordem técnica como na moral, se terem perdido de vista alguns pontos de referência indispensáveis á solidez das organizações.

Veio a crise e o seu assalto brusco, violento, obrigando a restrições que já não eram habituais, a estudos conscienciosos que tinham dado lugar á aventura, a economias de que se tinha perdido o sentido e a consolidações que já ninguém pensava em organizar, encontrou diante si, não um espírito maleável e pronto a adaptar-se mas a nova mentalidade, resistente, um pouco ignorante,

próprios da crise, erros patmares e persistiu-se na acção desorganizada em que se tinha vivido. As consequências tem sido, geralmente, desastrosas; e como ninguém reconhece facilmente os erros próprios, foram atribuídos ao Governo, ao Estado, aos ministros, a todos os *responsáveis* oficiais, uma responsabilidade que nem sempre — podemos dizer que geralmente — não lhes pertencia.

E tanto assim é — e este é o ponto a que queríamos chegar — que neste ano desolado de 1930, por entre ruínas, e falências, concordatas e todo o desmanchar duma grande feira improvisadamente amanhada para a fatura, nós chega ás mãos o relatório duma Companhia de Navegação — a Nacional — que apesar da crise, apesar da situação aflição em que vivem as colónias, apesar de não ter gosado de auxílios por parte do Estado,

contar com recursos suficientes para ir em seu auxílio, anteve a necessidade de pensar sériamente sobre o assunto magno, pondo em acção utilitária as grandes massas dos indígenas que estão sob sua jurisdição..

A França terá, também, de agir no sentido de fazer mais eficaz a sua acção colonizadora, embora admita o cruzamento das raças brancas e negras em algumas das colónias. Todos os outros povos que possuem colónias na África, de igual maneira terão de agir. O preto não pôde nem deve ficar eternamente escravo da vontade do branco.

É certo que seria utópico dar-lhe preparação necessária para que possa entrar num futuro próximo na posse das suas regalias como individualidades aptas a acompanhar o europeu eficazmente na administração e governo dos territórios sob sua jurisdição, concorrendo desta forma para trazer as cidades, hoje ainda embrionárias, á altura de grandes empórios, e os simples lugarejos á de cidades de segunda ordem, como sucede nos países em progressivo desenvolvimento; mas em não distantes dias o continente africano, além de ser o celeiro das outras partes do mundo, unicamente o cofre forte donde o europeu vai arrancar as riquezas de ordem vária, ha-de vir a ser um país que, emancipando-se da tutoria industrial em que hoje se encontra, atingirá todas as fases de desenvolvimento, utilizando-se da sua abundante matéria prima, e é então que o indígena africano, estando preparado para aceitar essa evolução, ficará grato áquele ou áqueles dos dominantes que tiverem concorrido para atingir esse resultado.

Será possível obter-se tal resultado pela forma como cuidamos dos indígenas de Angola e Moçambique? É de supor que não, desde que a nossa orientação, aliás tão fértil na preparação e promulgação de leis administrativas, tem tão-sómente procurado atingir o significado do problema de segregação só olhando-o pelo seu lado

mais rudimentar, isto é, seleccionando o braço para as necessidades do Estado, dos particulares e mesmo para satisfazer alheias exigências, complacência que devemos considerar anti-económica e anti-patriótica,

O significado da segregação não tem sido bem definido. Muito embora os portugueses e conosco os povos latinos não sejam intransigentes em admitir na vida social os pretos que atinjem um alto grau de ilustração, contudo é prudente marcar um limite pelo qual devemos guiar a nossa atitude, a fim de que a excessiva benevolência não provoque abusos.

Os problemas da adaptação e assimilação não tem tido até agora soluções que se possam dizer satisfatórias de tal maneira que mereçam ser aplicadas intensivamente. Á vista disto as associações scientificas andam empenhadas na applicação de métodos que melhores garantias lhes ofereçam.

A experiência e o resultado dos estudos a que se têm procedido, aconselham a perferir que na preparação do indígena, para melhor se aproveitar das suas qualidades, muito mais vantajoso é fazer dêle um bom africano a ter um mau europeizado, o que sempre pôde representar um mero incidente que os acasos da vida facilmente transformem a sua índole ingénita, não sucedendo outro tanto quando a sua preparação e desenvolvimento, material e moral, se baseie nas qualidades originárias, que fruiu por herança, as quais, sendo devidamente facetadas e exploradas hão de forçosamente dar bons resultados.

Como o assunto é de importância, porque se prende com o caso que é debatido com interesse na Sociedade das Nações, alguma coisa mais diremos, baseando as nossas considerações sobre o que se pretende nesse sentido fazer nos outros países coloniais, aconselhados pelos seus representantes junto das sociedades scientificas que estudam tão interessantes problemas.

refere lucros de 12.800 contos, superiores em 2.300 aos de 1929.

Não nos interessam os acionistas nem a Companhia no seu aspecto de organismo privado os quais defendem naturalmente os seus interesses privados. Interessa-nos sim e muito o papel que representa na economia nacional e no desenvolvimento das colónias e — neste caso presente — a concordância que existe entre os resultados da sua administração e certos pontos de vista economicos defendidos e preconizados por S. Ex.^a o Ministro das Finanças e que nós temos a coragem de continuar a achar ótimos.

Realmente estes resultados não são apenas um triunfo para os administradores da Companhia. São-no também para o sr. dr. Oliveira Salazar.

Como conseguiu a Companhia Nacional de Navegação, entre tantas sociedades anónimas portuguesas em crise, através duma crise da propria navegação mundial, quando por todo o Império sopra um vento de desgraça e de toda a parte chegam lamentos e queixas, chegar aos resultados que o Relatório que nos foi enviado refere?

E' o próprio relatório que o diz:

Adaptando-se ás circunstâncias da crise, defendendo-se tenazmente, compreendendo a tempo que tinha

passado o periodo farto e com elle a oportunidade de certas larguezas e aventuras que o momento presente não admite.

Assim verifica-se que os lucros foram realizados, não por um aumento de receitas que seria incompreensível porque a crise, evidentemente, não poupou a Companhia, mas por uma diminuição organizada dos gastos que permitiu realizar economias na importância de vinte e oito mil contos.

Quer dizer: Se a Companhia não tem adoptado um critério administrativo baseado na maior soma de trabalho e na redução de todos os gastos gerais superfluos ou adiveis, na organização económica dos seus fornecimentos e no mais produtivo aproveitamento da sua frota — numa palavra, se não se tem defendido da crise com os elementos e a acção que essa defesa aconselhava, estava hoje em estado de falência e também ela gritaria: Foi a crise! Foi o Estado! Foi o sr. dr. Oliveira Salazar.

E teriamos comprometida a mais importante ligação material entre a Metrópole e as Colónias.

Não é pois ocioso pôr o facto em relêvo.

E' um exemplo e um argumento.

Oxalá ambos frutifiquem.

O problema das transferências de Angola

(Continuado da página 5)

clima o faça no intuito de amealhar recursos com que possa contar mais tarde.

Pergunto eu agora:

Não seria razoavel que o Estado pagasse parte dos vencimentos em Escudos da Metrópole e parte em dinheiro da Colónia, na proporção de que naturalmente deve ser gasto lá e do que é razoavel seja dispendido pela familia na Metrópole ou aqui economisado?

Assim ficaria a balança económica da colónia aliviada

das importantes quantias que, actualmente, no seu passivo se inscrevem.

E assim, com um conjunto de medidas de ordem indirecta, se logrará estabilizar o angular sem se seguir para Angola uma politica diversa da adoptada para as demais colónias e sem sacrificar o contribuinte metropolitano com despesas de discutivel utilidade.

Importa, porém, que todos, Estado e particulares, numa acção conjunta e esquecendo divisões, conjuguem os seus esforços no sentido de debelar a crise de Angola, que de todos bem merece o sacrificio de vaidades e de egoismos.

NOTA — Por erro de paginação de que pedimos desculpa ao autor do artigo e aos nossos leitores figuram na página 4 (2.^a columna) duas linhas que pertencem á página 5.

Assim as linhas 48.^a e 49.^a da página 4 (2.^a columna) devem figurar na 2.^a linha da página 5 (1.^a columna).

Na 2.^a linha da 2.^a columna pagina 4, onde se lê «luzes» leia-se «luras».

No 3.^a periodo da 2.^a columna pagina 5 leia-se em lugar do que está o seguinte: «E assim veio o Decreto n.º 10.450 que, no seu artigo 44.^o, libertando o Banco de Angola da obrigação de converter a moeda lhe permitiu limitar as transferências ás coberturas obtidas, faculdade de que só recentemente deliberou usar colocando assim a Colónia no regime em que se encontram todas as outras.»

“Portugal Colonial”

Fizeram amáveis referencias ao aparecimento da «Portugal-Colonial», tendo feito transcrições da entrevista que publicamos com o sr. Ministro das Colónias, os jornais «A Voz» e «Diário da Manhã».

Agradecemos-lo reconhecidamente, tanto mais que foram os unicos jornais de Lisboa que o fizeram. Se o silencio duns não nos surpreende nem magôa as referencias dos dois jornais da manhã são nos muito gratas.

A «Portugal Colonial» a partir do próximo número começará a inserir uma carta mensal do illustre escritor Sr. Dr. Agostinho de Campos — «De Portugal para as Colónias».

A desnacionalização do mercado colonial de tecidos de algodão

SUAS CAUSAS - NECESSIDADE IMPERIOSA DA SUA NACIONALIZAÇÃO

Pelo Dr. J. DA FONSECA FERREIRA

LICENCIADO EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS PELA U. T. L.
FINALISTA DO CURSO SUPERIOR COLONIAL.

«À Metrópole e as Colónias, pelos seus laços morais e políticos, têm na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural que a lei reconhece».

Acto Colonial: — Artigo 34.º

bre as possíveis causas de tal desnacionalização e os remédios a aplicar.

E' absolutamente necessário apertar os laços comerciais entre a Metrópole e as colónias. E' preciso fazer tudo o que em nossas forças caiba para que as colónias passem a fornecer a Portugal as materias primas de que elle necessita para a laboração das suas industrias e que elle, por sua vez, passe a fornecer ás colónias as manufacturas de que ellas têm necessidade para o seu commercio.

Não tendo a industria metropolitana aquellas condições de credito facil e a juro baixo que tem quasi sempre as suas semilares estrangeiras, forçoso é, que uma protecção pautal justa e suficiente o Estado metropolitano e os governos coloniais lhe concedam, afim de que ella possa competir nesses mercados com vantagem.

Será, porém, isto o suficiente?

Adiante procuraremos demonstrar que sendo importante este factor porém, só elle, não basta.

Na entrevista que Sua Ex.^a o ministro das Colónias concedeu a esta revista lêmos com satisfação estas palavras: «O angolar ha de ser defendido tenás e energicamente. Os seus grandes inimigos são: o desequilíbrio orçamental da colónia e o déficit da balança económica. Aquelle tem de acabar. *Contra este tem de dar-se uma batalha violenta.*» Tem Sua Ex.^a razão. A batalha tem que ser violenta. Sa bendo nós que o elemento principal duma balança económica é a balança comercial e não ignorando tambem, que mesmo nas colónias onde esta não está desequilibrada, como por exemplo em Moçambique, no entanto, a desnacionalização do seu commercio contribui para o desequilíbrio da balança comercial da própria metrópole pela quebra das relações commercias e pelo enorme escoadouro de ouro que ocasiona para o estrangeiro, ficaremos com uma ideia nitida da necessidade que existe em se dar a luta.

Se a batalha fôr ganha ter-se-ha resolvido com galhardia um dos mais angustiosos problemas nacionais.

Mas é necessário estender este caso a todas as colónias portuguezas.

E' preciso que em todas ellas — mórmente as situadas no Continente Africano — a economia metropolitana ocupe o seu verdadeiro logar.

O ideal — Colonisação — tem sido desde remotas eras o orgulho de Portugal.

Isto porém não basta. Para mais alguma coisa nos devem servir as colónias alem da satisfação desta grande obra material e espirital realisada atravez dos seculos. E' preciso que das relações commercias e economicas entre a Metrópole e as Colónias resulte, a par do desenvolvimento destas, uma das maiores razões de ser da necessidade e vantagem na conservação do nosso patrimonio colonial.

Mas... agora reparamos.

As nossas considerações alongam-se e o titulo deste modesto trabalho aguarda quaisquer palavras com que perante vós, caríssimos leitores, possamos justificar o seu titulo.

A crescente desnacionalização dos nossos mercados coloniais está impondo, cada vez mais, a todos aqueles que embora modestamente queiram contribuir para a resolução deste grave problema, um estudo profundo e honesto sobre

E como nestes assuntos os numeros representem papel primordial, será por elles que iniciaremos as nossas considerações. Começaremos por pôrmos ante vós, o quadro geral da exportação metropolitana de tecidos e fios de algodão nos ultimos seis anos, incluindo tambem já a exportação referente aos dois primeiros meses de 1931:

Anos	Pêso (a)	Valor	
		Em contos	Em Libras
1925	1.173	42.374	434.112
1926	1.063	31.321	330.351
1927	1.155	31.361	330.228
1928	1.500	31.477	318.054
1929	1.647	37.172	375.479
1930	919	21.551	230.099
1931-(b)	112.574	2.186.377	—

(a) Pêso em toneladas;

(b) O pêso referente a este ano em quilogramas e o valor em escudos.

E' de notar a baixa nas quantidades e nos valores a partir de 1925, quando a exportação semilar estrangeira vinha de ocupar um logar preponderante nas nossas colónias, mesmo naquellas — como Angola — em que a industria metropolitana ocupava ainda anos antes o 1.º logar. Em 1928 as quantidades aumentam duma forma sensível, para isso devendo contribuir a reforma das pautas de Angola e em grande parte o desejo posto em pratica pelos industriais portuguezes de se interessarem mais directamente pelos mercados coloniais, modificando as formas de trabalho adoptados até então no combate á concorrência estrangeira. E' exemplo do que afirmo o aparecimento da Algodoeira Colonial, verdadeiro cartel dos nossos industriais de tecidos do norte. Isto vem reforçar a nossa afirmação respeitante a que só o favor pautal não resolveria a situação. Em 1929 as quantidades exportadas aumentam duma maneira notavel embora o valor seja menor que o de 1925, isto porque os tecidos baixaram enormemente de preço.

Porém, logo no ano seguinte, a baixa é consideravel, apenas 919 toneladas exportadas, no valor de 21.551 contos!

Causa principal — a crise economica das colónias, especialmente de Angola o melhor mercado de tecidos da industria metropolitana e onde a industria nacional estava já, embora lentamente, recuperando o seu antigo logar devido á forma como os industriais portuguezes estavam procedendo. Ocorre-nos agora perguntar:

E no mercado nacional, ocupará a industria nacional logar de relevo em face das importações estrangeiras?

Não estará tambem o mercado metropolitano de tecidos de algodão em vias de desnacionalização grave apesar dos 230.000 fusos existentes na nossa industria algodoeira terem passado para 477.000 fusos em laboração em 1928 e esta industria empregar cerca de 40.000 operarios?

E' o que vamos vêr, pelo quadro geral da importação em Portugal, nos ultimos seis anos, de tecidos e fios de algodão.

Anos	Tecidos			Fios		
	Peso (a)	Valores		Peso	Valores	
		Contos	Libras (b)		Contos	Libras (b)
1925	1.903	97.419	999	205	11.315	116
1926	1.911	99.452	1.049	320	14.946	158
1927	1.527	73.829	777	313	12.898	136
1928	1.293	66.173	668	283	12.380	175
1929	1.383	68.669	694	338	14.610	148
1930	1.292	63.036	630	323	14.326	143
1931 (c)	106.464	5.206	—	30.275	1.103	—

(a) Peso em toneladas.

(b) Valores em milhares de libras.

(c) Numeros referentes a Janeiro e Fevereiro. O pêso referente a estes meses são expressos em quilogramas.

É simplesmente desolador este quadro.

O Mercado Metropolitano em 1930 nas mãos da industria estrangeira, foi superior em 1.284 contos á importação total de tecidos (incluindo nestes numeros tambem os tecidos de lã e outros) estrangeiros e nacionais em Angola; no ano da graça de 1928! No ano seguinte importou Angola 92.873 contos de tecidos de algodão, lã e outros e a metropole, importava nesse mesmo ano, 83.279 contos de tecidos e fios de algodão, do estrangeiro. Isto é, o melhor mercado colonial de tecidos de algodão da industria nacional fica o perder de vista quando o comparamos com o proprio mercado metropolitano. A metropole exportou em 1930, 919 toneladas de tecidos e fios de algodão para todas as nossas colónias no valor de 21.551 contos, como contrapartida importou Portugal no mesmo ano 1.615 toneladas de tecidos, no valor de 86.728 contos.

Porque espera a industria nacional para combater no mercado interno esta concorrência? Não exestirá em tudo isto uma falta de organização da nossa industria? Conquistar os mercados coloniais é absolutamente necessario; mas porque se espera para conquistar o proprio mercado nacional?

Não é este propriamente o objecto deste trabalho. Apenas quizeiros pôr deante de vós os numeros bem tristes e de funestas consequências para a Economia Nacional e o que eles represen-

tam para o desequilibrio da nossa balança comercial. Por isso voltaremos a tratar do problema no referente aos mercados coloniais.

Não constitui segredo para ninguem que até 1923 a colónia de Angola, constituia para a industria nacional de tecidos o seu principal mercado.

Ocupava em relação ás importações estrangeiras deste artigo lugar de incontestável relêvo.

Desde quando e porque a nossa industria foi perdendo terreno em Angola?

Quais as suas causas?

É o que faremos no próximo número cingindo-nos, como é nosso hábito, ás estatísticas, embora atrasadas, das nossas colónias e áqueles factores de que tivemos conhecimento pelo estudo a que fomos levados no decorrer deste trabalho e tambem pelas informações amavelmente cedidas de alguns dos nossos melhores valores do meio comercial colonial.

(Continua no próximo número)

NOTA — Algumas gralhas impenitentes passaram no artigo que neste lugar publicamos sobre a «Cultura do Algodão nas Colónias Portuguezas».

Assim, nas linhas 38.ª e 60.ª da coluna principal onde se lê «impõe-se» e «contribuiram» deve lêr-se «impõe-se» e «contribuam». Na 2.ª coluna linha 20.ª onde se lê «legitimamente» deve lêr : «legitimamente».

O QUE VALE O ESFÔRÇO DO COLONO PORTUGUÊS



ANGOLA — PONTE SOBRE O RIO LIFUNE, NA ESTRADA LUANDA-AMBRIZ, CONSTRUIDA POR INICIATIVA DO GRANDE OBREIRO DO NORTE DA COLÓNIA - CAPITÃO JOAQUIM FELIX - NA SUA PROPRIEDADE GRANJA GLÓRIA

A agricultura no Congo Belga Estudo da questão da mão de obra agrícola

Por nos parecerem curiosas transcrevemos as conclusões referentes a este assunto, do relatório anual sobre o Governo do Congo :

a) Um trabalhador indígena não produz mais do que 1/3 do trabalho dum europeu ;

b) Um boi indígena vale pelo seu trabalho 1/3 dum boi europeu ;

c) Um cavalo de tiro belga desenvolve pouco mais ou menos a força dum dos jovens elefantes, cedidos actualmente aos colonos. O elefante adulto pode desenvolver a força de 2 a 3 cavalos de tiro-pesado, mas o rendimento do elefante será sempre prejudicado pela necessidade de reduzir a 5 ou 6 horas a duração do trabalho consecutivo efectuado por este paquiderme.

d) O trabalho do elefante não adulto é menos económico que o do boi indígena e não deve ser utilizado senão nas regiões em que o emprêgo do boi é impossível, regiões em que abunda a tsé-tsé ;

e) O emprêgo de tractores só é de aconselhar onde existam grandes superfícies de terreno ;

f) Em última análise, o único motor agrícola económico é o boi, sobretudo quando êle próprio se destina a fornecer a carne e o leite precisos á alimentação. O rendimento deste animal pôde ser melhorado graças a uma super-alimentação constituída por rações suplementares concentradas ;

g) As charruas europeias são geralmente muito volumosas e pesadas para os indigenas ; obter-se ha um melhor resultado empregando charruas 30 % mais pequenas que os modelos correntes ;

h) Pôde contar-se como necessária uma percentagem de 0,8 a 1 indígena por hecta. e nas plantações permanentes ou nas fazendas de culturas anuais (compreendendo todos os serviços acessórios da exploração ;

i) Nas criações de gados são precisos 3 1/2 a 4 indigenas por cada cem cabeças em pastagens abertas. Em prados fechados aquêle número desce para 2.

DA IMPRENSA COLONIAL

IMPRENSA ESTRANGEIRA

IMPRENSA PORTUGUESA

LEPEOPLE publica o seguinte projecto de reorganização administrativa para o Congo Belga, assinado por l'Afac, pseudónimo que oculta uma das mais distintas individualidades belgas coloniais. A sua manifesta actualidade leva-nos a publica-lo na integra afim de o levarmos ao conhecimento dos nossos prezados leitores.

«Este projecto — declara o autor, pode apresentar lacunas, certas, mas é talvez um bosquejo das profundas modificações a realizar na nossa caduca administração colonial.»

Nota preliminar — A organização actual, que data de 1914, foi elaborada pelos funcionários da repartição colonial que desconheciam absolutamente a colónia.

O real decreto foi assinado no dia 28 de julho, no momento em que a Europa estava em pleno período de agitação. As autoridades locais do Congo não foram ouvidas. Esta organização foi decalcada sobre a da África Equatorial Franceza. As circunstâncias resultantes do *post-guerra* forçam a aplicação dum sistema novo.

O maior defeito da organização de 1914 é a de levar a um aumento excessivo no número dos funcionários. Pela sua descentralização á outrance, ela destruiu a unidade política e administrativa da colónia.

É esta a principal causa do desequilíbrio orçamental actual, pela continuação da inflação nas despesas administrativas improduttivas.

Constata-se igualmente a ausência de todo o controle eficaz naquela organização.

Por outro lado, ela não permite uma utilização intensiva das competências, no sentido dos quadros serem demasiado fechados.

Pelo que nos diz respeito, nós propomos a organização a seguir, que se inspira em grande parte no regime existente antes de 1914.

1.º Supressão das províncias no que respeita à organização administrativa.

2.º Substituição dos 23 districtos existentes por 9 cujos limites serão fixados atendendo ás suas situações geográfico-económicas e tanto quanto possível demográficas. O distrito tal como nós o ideamos será o primeiro degrau administrativo e único a seguir ao Governador Geral.

Será administrado por um comissário de districto assistido pelos chefes de serviço previstos pelo real decreto de 28-7-914, no sistema actual. No districto, o controle dos territórios seria organizado sob a forma de sectores tendo à sua frente um funcionário isento de todo o serviço de execução e cuja missão seria essencialmente movel.

3.º Nenhuma modificação seria feita na organização actual dos territórios, nos quais seriam colocados *comptables* profissionais encarregados da tarefa administrativa.

A aplicação da organização proposta traria como consequência imediata o permitir uma redução sensível no número dos altos funcionários e a supressão progressiva, nos quadros legais, de 600 logares que a actual organização em vigor comporta a mais.

Cria-se também o controle geral inexistente actualmente, porque os actuais governadores provinciais afastam os inspectores gerais moveis, subordinados ao governador geral.

Governo geral — A frente do governo geral, um governador geral assistido de inspectores gerais do governo e de chefes de serviço.

1.º A missão dos inspectores gerais do governo (actual gráu de Vice-governador geral) seria *essencialmente movel*. Eles teriam o controle geral nas suas atribuições e poderiam ser investidos de poderes mais latos.

2.º Um secretário geral, assistido pelos directores dos serviços seguintes: dos negócios económicos; da política e mão d'obra Indígena; do ensino; e do pessoal.

3.º O serviço das obras públicas compreenderia um engenheiro chefe assistido dum adjunto, um architecto, um engenheiro hydrografo, e um engenheiro director ao serviço da T. S. F.

4.º O serviço do contencioso, com um conselho jurídico a superintender.

5.º O serviço agrícola, dirigido por um engenheiro agrônomo.

6.º Uma direcção geral dos correios.

7.º Uma direcção geral de fazenda (tesouro, orçamento, contabilidade).

8.º Uma direcção geral das contribuições directas e indirectas (impostos, taxas, registos, alfandegas, imposto de consumo.)

Districtos — Seriam em número de 9. Os districtos assim agrupados constituiriam a primeira unidade administrativa, à frente dos quais se encontram os comissários de districto, *autoridade única*. O comissário do districto não seria unicamente recrutado no pessoal territorial, poder-se-hia ir também buscar esta autoridade a outro qualquer serviço official ou particular, escolhendo aí o homem que melhores garantias desse para desempenhar tão importante logar.

1.º *Política indígena e mão d'obra* — Um administrador territorial principal, encarregado da coordenação dos esforços dos chefes dos sectores e da vigilância à inspecção do trabalho.

2.º *Trabalhos públicos* — Dirigidos por um engenheiro, assistido por um architecto, com serviço administrativo e contabilidade, e com uma ou mais brigadas móveis de estudo e de execução.

3.º *Separação do registo predial, do cadastro propriamente dito, este último serviço puramente técnico*. Os geometras do cadastro seriam portanto englobados no pessoal das obras públicas. O registo predial reunir-se-hia ao serviço das contribuições directas e indirectas.

4.º *Agricultura* — Um engenheiro agrônomo e adjuntos.

5.º *Finanças* — (tesouraria, orçamento e contabilidade). Um *contrôleur* chefe do serviço que assinaria com o comissário do districto todos os compromissos das despesas. Este serviço englobaria a vigilância e controle ás contabilidades especializadas existentes no território.

6.º *Contribuições directas e indirectas* — Um *contrôleur* principal chefe de serviço, com adjuntos para a tarefa material e verificadores móveis.

7.º *Serviço médico* — Um médico inspector, chefe de serviço, que dependeria do comissário do districto, salvo debaixo do ponto de vista técnico. Medicos com residência fixa e outros móveis, chefes de missão com agentes sanitários e enfermeiros O serviço de hygiene dependeria do médico inspector.

8.º *Justiça* — Um *parquet* à frente do qual se encontraria um procurador do rei, assistido de substitutos e dum ou mais escrivães conforme a importância do districto. Um tribunal de 1.ª instância.

9.º *Serviço territorial* — Nada seria alterado na actual organização a este respeito, salvo a criação dum logar de *comptable* profissional para substituir o agente encarregado da caixa e da tarefa administrativa.

«A crise», de carácter mundial, está afectando todos os pontos da Colónia e todos os individuos nela residentes. E', por isso, de surpreender que o Governo não tenha nomeado qualquer comissão para averiguar sobre as suas várias características, para consultar os representantes de todas as secções da comunidade em toda a parte do território e para fazer as recomendações que entenderem que sejam de molde a remediar a situação da Colónia de um modo geral.

E' certo que algumas instituições organizadas, e outras, tenham feito representações ao Governo, sendo de esperar, que, sem dúvida, a essas, outras representações se sigam. Até mesmo a Liga de Defesa entrou na faina. Essas representações são porém isoladas, e nenhuma delas é completa. A mais importante e a de maior alcance é a que foi feita em conjunto pela Associação de Fomento Agrícola, que representa a agricultura da Colónia, e pela Câmara do Comércio e Associação de Lojistas, ambas de Lourenço Marques, representando a primeira os negociantes por atacado e a outra os retalhistas. E' claro, que é inconcebível, que essas três instituições exprimam, com mais ou menos exactidão, as opiniões de outras instituições que lhes estão directa ou indirectamente ligadas, como as diversas organizações dos empregados. Afinal, a comunidade inteira compõe-se de produtores e consumidores, e mesmo os produtores alguma coisa consomem.

Excepção feita a um assunto, as representações feitas pelos agricultores, vendedores por atacado e retalhistas, assentam nas mesmas linhas que os outros paizes já tornaram conhecidas. Dizem elas, que deve haver uma certa quantidade de aumento de impostos, que os ordenados devem ser reduzidos e quando o custo de vida descer, que deve limitar as despesas públicas ás necessidades urgentes ou a empresas lucrativas, desenvolvendo-se as fontes mais prometedoras. Afirma-se-nos que, sugestões como estas são inevitáveis e é preciso reconhecer-se que elas dão bons resultados. Há, todavia, um ponto que não devia ser esquecido, que é, de que qualquer redução de despesas tinha de ter uma influência directa no custo da vida. A confusão vai acentuar-se ainda mais se as despesas públicas que, afinal de contas, são o rendimento da comunidade, forem reduzidas e o custo da vida que é a despesa da comunidade, se mantiver no seu nível antigo.

Uma parte do êxito do plano de se despedir gente na Itália, se deve à circunstância de as despesas já terem entrado em vigor estando ligadas intimamente à redução do custo da vida.

A excepção a qua nos referimos, é contida na proposta para que a Colónia contraia em Lisboa um empréstimo de 100.000 contos para financiar compras em e transferências para a Metropole. No que respeita a comércio, só é pago por meio de exportações, a metade das importações de Portugal da Colónia, havendo portanto, um saldo em cada ano, de cerca de um quarto de milhão estrelino, que é pago em ouro. Há todavia, também uma considerável exportação «invisível» de ouro para Portugal. A ideia, segundo nos parece, é substituir êsses pagamentos em ouro por

escudos da metropole, utilizando o ouro para pagamento de géneros comprados pela Colónia no estrangeiro. E' obvio que o empréstimo não duraria para sempre, e o projecto afigura-se-nos estar incompleto, a não ser que houvesse também um sistema de controle, pelo qual, progressivamente, e adentro de um periodo definitivo, as importações de Portugal e as transferências para lá, em ouro, fossem ajustadas no valor total de exportações que a mãe pátria compra à Colónia e das suas invisíveis exportações de ouro para aqui.

O resultado eventual da proposta seria de que uma considerável quantia em ouro ficaria disponível na Colónia, como cambiais para pagamento de importações do estrangeiro. Talvez que o mercado livre, quanto ao ouro, se tornasse possível, e, pelo menos, devia ser possível financiar todas as autorizações para cambiais passadas pelo Conselho de Cambios, e já isso em si seria um considerável alívio para a situação de hoje. Resta saber se deve haver, ou não, um cambio variável baseado na disponibilidade de ouro — o que já é uma outra sugestão.

A situação cambial hoje é, decididamente, nada satisfatória. Há um cambio official, que é de 100\$47 por libra em ouro, mas o banco não pode satisfazer as necessidades da praça. Resulta d'aí que os que ficam desapontados fazem todos os esforços para conseguirem ouro de fontes «não autorizadas», oferecendo, ou sendo obrigados a pagar, um cambio que, segundo diz um dos nossos colegas, já atingiu 120\$00 por libra ouro. A fim de se evitar um tal estado de coisas, aliviar-se que o cambio seja fixado oficialmente em conformidade com as disponibilidades em ouro. Assim quando abundasse o ouro, o cambio seria baixo, e quando êle escasseasse o cambio subiria. Se, porém, o mercado do ouro não fosse livre, não importaria qual fosse o cambio. Aqueles a quem, no banco, fossem negadas cambiais iriam naturalmente buscar-as a outra parte, pagando um cambio mais elevado, de maneira que a situação actual subsistiria ainda. Mas independentemente disso, devia evitar-se um cambio variável, enquanto fosse possível. Há uns anos que experimentámos o que isso era, e os que estavam na Colónia não sabiam a quantas andavam, de um dia para o outro. Decididamente, sob a sugestão actual, as flutuações não seriam muito acentuadas, mas selo-iam suficientemente para afectar os pregos das vendas a retalho e impostos e outras contribuições para o Governo, estabelecendo pelo menos a confusão em muitos cérebros.

Parece-nos que a maioria das pessoas lastimarão que se não alvitre que o dinheiro de empréstimo seja designado a obras de fomento. A situação do desemprego, por exemplo, exige mais projectos de desenvolvimentos; e quer-nos parecer que, se a produção e a exportação devem ser mantidas na escala em que hoje se encontra — como deve, pois que a nossa própria existência disso depende — então os agricultores terão de ser consideravelmente financiados.

O controle dos territorios seria assegurado pelos chefes de sector, cujo trabalho seria essencialmente movel e isento de toda a tarefa administrativa material. Eles derigiriam e aconselhariam a acção dos administradores territoriais, acompanhando de perto a evolução da vida indígena.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Os vários aspectos da crise

Transcrito do «Lourenço Marques Guardian» de 28-2-931

escudos da metropole, utilizando o ouro para pagamento de géneros comprados pela Colónia no estrangeiro. E' obvio que o empréstimo não duraria para sempre, e o projecto afigura-se-nos estar incompleto, a não ser que houvesse também um sistema de controle, pelo qual, progressivamente, e adentro de um periodo definitivo, as importações de Portugal e as transferências para lá, em ouro, fossem ajustadas no valor total de exportações que a mãe pátria compra à Colónia e das suas invisíveis exportações de ouro para aqui.

O resultado eventual da proposta seria de que uma considerável quantia em ouro ficaria disponível na Colónia, como cambiais para pagamento de importações do estrangeiro. Talvez que o mercado livre, quanto ao ouro, se tornasse possível, e, pelo menos, devia ser possível financiar todas as autorizações para cambiais passadas pelo Conselho de Cambios, e já isso em si seria um considerável alívio para a situação de hoje. Resta saber se deve haver, ou não, um cambio variável baseado na disponibilidade de ouro — o que já é uma outra sugestão.

A situação cambial hoje é, decididamente, nada satisfatória. Há um cambio official, que é de 100\$47 por libra em ouro, mas o banco não pode satisfazer as necessidades da praça. Resulta d'aí que os que ficam desapontados fazem todos os esforços para conseguirem ouro de fontes «não autorizadas», oferecendo, ou sendo obrigados a pagar, um cambio que, segundo diz um dos nossos colegas, já atingiu 120\$00 por libra ouro. A fim de se evitar um tal estado de coisas, aliviar-se que o cambio seja fixado oficialmente em conformidade com as disponibilidades em ouro. Assim quando abundasse o ouro, o cambio seria baixo, e quando êle escasseasse o cambio subiria. Se, porém, o mercado do ouro não fosse livre, não importaria qual fosse o cambio. Aqueles a quem, no banco, fossem negadas cambiais iriam naturalmente buscar-as a outra parte, pagando um cambio mais elevado, de maneira que a situação actual subsistiria ainda. Mas independentemente disso, devia evitar-se um cambio variável, enquanto fosse possível. Há uns anos que experimentámos o que isso era, e os que estavam na Colónia não sabiam a quantas andavam, de um dia para o outro. Decididamente, sob a sugestão actual, as flutuações não seriam muito acentuadas, mas selo-iam suficientemente para afectar os pregos das vendas a retalho e impostos e outras contribuições para o Governo, estabelecendo pelo menos a confusão em muitos cérebros.

Parece-nos que a maioria das pessoas lastimarão que se não alvitre que o dinheiro de empréstimo seja designado a obras de fomento. A situação do desemprego, por exemplo, exige mais projectos de desenvolvimentos; e quer-nos parecer que, se a produção e a exportação devem ser mantidas na escala em que hoje se encontra — como deve, pois que a nossa própria existência disso depende — então os agricultores terão de ser consideravelmente financiados.

O controle dos territorios seria assegurado pelos chefes de sector, cujo trabalho seria essencialmente movel e isento de toda a tarefa administrativa material. Eles derigiriam e aconselhariam a acção dos administradores territoriais, acompanhando de perto a evolução da vida indígena.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Tal é o esquema da nova organização que propomos.

Conclusões

A adopção desta organização traria como resultado immediato uma economia de 60 milhões de francos no orçamento ordinário, só pelo facto da diminuição nos efectivos do pessoal europeu,

(Continua na página 25)

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

NOTAS DO MEZ

HOMENAGEM

COM a morte do almirante Ernesto de Vasconcelos, a Sociedade de Geografia perdeu não sómente o seu Secretário Perpetuo, mas, também, um amigo sincero e desinteressado.

A personalidade de Ernesto de Vasconcelos estava intimamente ligada á actividade pró-colonial da Sociedade. Em todos os seus movimentos, nas suas menores particularidades, notava-se a clara luz de entendimento do distinto colonialista.

É um facto que ninguém poderá contestar.

A Direcção da Sociedade, reconhecendo êsse seu valor e querendo prestar uma justa e perdurável homenagem á sua memória, convidou as figuras mais marcantes no nosso meio intelectual e culto, a escrever por seu próprio punho, em folha de pergaminho, qualquer passagem referente á vida daquele distinto vulto, que tem brilhantes serviços prestados ao País, á sciência geográfica, e aos estudos coloniais.

Tais apreciações, reunidas em volume especial, serão oferecidas á Família do extinto.

É uma homenagem, sobre todos os pontos de vista justa e apreciável, e deverá além disso ser completa, porque não é um, mas muitos os cooperadores dessa obra biográfica, os quais irão certamente aferir, medir e apreciar as suas qualidades, observadas sob diversos aspectos, o que nem sempre se consegue quando só um cérebro, mais bem orientado e equilibrado que êle o seja, se encarregue de apreciar a vastíssima obra duma individualidade, que por mais de meio século se evidenciou na política colonial, umas vezes como colaborador e outras vezes como orientador.

Muito se estimaria que a illustre Direcção da Sociedade de Geografia fizesse publicar essa obra biográfica, a fim de, apreciando-se o valor dos trabalhos de Ernesto de Vasconcelos, poder-se também admirar, através dos autógrafos a brilhante luz da crítica dos nossos melhores valores intellectuais.

A INDIA DE GHANDI

Chamemo-la assim. Nem doutra forma poderia ser, desde que mais de 350 milhões de hindus, mouros e outros se submetem á vontade de Ghandi, o qual, em conferências com o vice-rei da Índia, conseguiu obter uma grande parte das reivindicações por que o povo da grande península vinha lutando há bom par de anos.

A Índia nunca foi homogênea — costuma-se dizer — para argumentar contra a possibilidade de ela poder, toda, uma, cuidar de si própria e sem estranhas interferências. Aqueles que fazem tais afirmações desconhecem a sua história antiga, que tem exemplos admiráveis de união e força, de que deu provas para sustentar a marcha triunfante de Alexandre.

Deixe-se, porém, de história, e vamos dizer que na Índia raiou a aurora da paz e socôgo, quando se abriram as portas do cárcere para Ghandi dêle sair livremente, como vencedor, para aceder ao convite do vice-rei, e na Nova Deli, sem ostentação, não em trajes de cerimonia, mas envolto de uma simples túnica de tecido nacional, discutir e conseguir do Lord Irving, umas após outras, as condições por si apresentadas e que os milhões da Índia aceitaram, como principio da futura e não longínqua independência completa.

A Inglaterra, que tem uma nítida compreensão do que é liberdade, não hesitará em a conceder, dêse que junto com essa

liberdade encontre a garantia de nação preferida na permuta das suas mútuas riquezas.

E êsse homem, Ghandi, cuja vontade exprime-se sempre em rogativas, e assim domina o pensamento e o sentimento de milhões, quando saía do palácio pelas 2 horas de noites frígidas e de ventos agrestes, regeitando o oferecimento de ser conduzido em sumptuosas equipagens vice-riais, caminhava 5 ou 6 quilómetros para a sua mais que modesta hospedaria, e mandava chamar os membros do executivo do Congresso, e dava-lhes conta do que ia obtendo em prol da Índia.

E em sucessivas etapas conseguiu para a Índia, o que nem as bombas, nem os punhais, nem os assaltos, as lutas, as agressões lhe poderiam obter. E obteve-o simples e unicamente pela força da razão o sagrado direito da emancipação, o que da Inglaterra jámais conseguiria ante ameaças de qualquer natureza.

Êsses milhões da Índia que se sentiam sufocar num pezado ambiente social e moral, criado pela tutela doutro povo, rude mas progressivo, — deram uma tremenda lição de patriotismo aos povos de todo o mundo, tendo Ghandi como simbolo da força, do prestígio e da autoridade, sem que essas virtudes lhe adviessem da pompa, do fausto, da ostentação.

Ghandi, que pode, com um simples aceno dispor de muitos milhões em ouro, viaja sempre em terceira classe com os humildes, e partilha do repasto dos pobres. . .

Que grande exemplo nos vem dêsse Oriente maravilhoso!

ALTO COMISSARIADO

É mais um, que se propõe, num jornal da tarde, para as nossas Colónias do Oriente: Índia, Macau e Timor.

Apresenta o articulista, para tanto, fundamentos vários, e, apresentando-os, mostra não conhecer essas Colónias.

O que terão essas Colónias de comum entre si para que uma orientação única marque as suas directrizes?

Se o articulista propuzesse que se extinguissem, por inúteis e absurdos, os governos de Diu e Damão, umas simples regedorias, nós seríamos os primeiros a aplaudir a sua iniciativa, de que redundaria uma economia muito razoável para os cofres da Índia, passando o *governo geral* dessa pequena colónia a ser simples e modestamente *governo*, como o é o da Guiné, reduzindo-lhe por êsse motivo os respectivos vencimentos.

Um Alto Comissário teria naturalmente a sua séde na capital da Índia Portuguesa, e quando por lá se aborrecesse, iria passar uma temporada a Macau e ainda uns dias a Timor.

Iria, também, a sua comitiva: ajudantes, secretários, sua casa militar e civil. Enfim, restabelecia-se o fausto e grandeza dos tempos dos antigos vice-reis da Índia. Teríamos, também, além do custo das passagens em sumptuosos paquetes, as ajudas de custo, gratificações e outras alcavalas.

É melhor nem pensar nisso, e o jornal da tarde que publicou tão original medida e naturalmente a perfilhou, perdeu o seu tempo e foi, sem o querer, desorientar os movimentos pró-coloniais que se esboçam.

UM LIVRO DA HISTORIA COLONIAL

Está sendo editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra uma obra histórica, profusamente ilustrada, que no presente momento da Exposição de Paris ha de pôr em foco o nosso brilhante passado como pioneiros de civilização e colonização. É autor do livro o sr. José F. Ferreira Martins, que subscreve muitas outras obras históricas sobre o nosso outrora grande Império Oriental.

LIVRO DE OIRO DE PORTUGAL

Registamos nas colunas desta Revista, com imenso prazer, que na Exposição Colonial de Paris, que em breve vai realizar-se ha de figurar uma obra sobre Portugal de Além Mar, para a qual foram convidados a colaborar os mais distintos escritores portugueses e colonialistas de larga experiência.

Tendo o Commissariado Geral da referida Exposição procurado dar realidade a uma ideia tão patriótica como útil, incumbiu a Sociedade de Geografia de a pôr em prática, e, neste sentido, foram convidadas várias colonialistas a colaborar nessa obra.

«Portugal de Além Mar» deve vir a ser um livro em dois volumes de cerca de 400 páginas cada, profusamente ilustrado com magníficas fotografuras e quadros estatísticos. Além da edição portuguesa, pretende-se fazer edições francesa, inglesa e alemã.

O fim principal do livro é o de condensar em cuidadas sínteses o que de mais interessante possa dizer sobre a história geografia, política, administração, organização financeira, vida económica e civilização, de Portugal de além mar.

Não resta dúvida e dizêmo-lo com muito prazer que se na Exposição de Paris ficar demonstrado pelos artigos aí expostos todo o nosso valor colonial, atestando o que nos valem, esse livro acima de tudo provará que descobriu mundos em benefício da humanidade inteira.

Quando os mostruários forem retirados, quando os ecos da exposição se diluírem para darem lugar a novos empreendimentos na Cidade Luz, o livro de ouro apresentar-se-há mais brilhante ainda, ante os olhos de todos aqueles que só conhecem o Portugal de hoje, tendo esquecido do que elle fôra ontem, nos dias das grandes descobertas.

Nós temos, hoje e sempre, de patentear ao mundo, que se deve a Portugal, incontestavelmente, muito ou tudo o que alguns outros povos hoje são, fruindo da riqueza e do poder que os portugueses durante séculos de titânico esforço foram acumulando, e preparando com seu braço potente a via lactea da sua prosperidade, e amaciando com a quilha das suas náus as águas revoltas que elles não ousavam defrontar.

EMBELESAMENTO DE LOURENÇO MARQUES

A Camara Municipal de Eourenço Marques está empenhada no embelezamento da cidade. Além de ter resolvido fazer expropriações várias cujos processos estão correndo os seus tramites, assentou na construção dum magnifico edificio para «Paços do Concelho» situado no topo da Avenida Aguiar tendo em frente a projectada estátua de Mousinho de Albuquerque, no centro da praça do mesmo nome, com uma rotunda dominando a cidade baixa e a bairra.

O custo do edificio está calculado em cerca de dez mil contos.

DIVERSAS

A Companhia Marconi pediu uma redução das taxas telegráficas de Moçambique.

— Vão ser construídas três escolas primárias em cada um dos três bairros da cidade do Lobito.

— O governador geral de Moçambique enviou o seu parecer acerca do provimento dos lugares do quadro administrativo da Colónia em virtude do disposto que manda que os cargos superiores das colónias sejam providos por individuos que tenham o curso da Escola Superior Colonial.

— Pelo Ministério das Colónias, foram dadas ordens ás direcções dos correios e telegrafos coloniais, no sentido de regularizarem as contas de encomendas postais com a metrópole no mais curto prazo possível.

— A Direcção dos Serviços de Instrução Publica de Angola, propoz que sejam introduzidas algumas modificações no decreto 13.279, de 12 de Março de 1927, que trata da organização do ensino secundario nas colónias.

— Foi dado pelo Conselho Superior de Obras Públicas das colónias o parecer acerca do emprêgo de determinado material nas obras do porto do Lobito.

— O Ministerio das Colonias vai providenciar sobre a alteração das estações radio telegráficas de Angola, adoptando-as ao sistema de onde continua.

— As eleições para vogais do Conselho do Governo de S. Thomé deram a vitória á lista do Comercio com o seguinte resultado; Antonio Correia de Oliveira com 75 votos e Manuel Lopes com 51.

— Aos passageiros de 3.^a classe que viajarem em barcos que

não façam carreiras regulares para os portos de S. Thomé e Príncipe ou aos que, destinando-se a outros portos, resolvam desembarcar nestes, é prohibido o desembarque desde que não estejam devidamente garantidos, por qualquer forma legal as respectivas passagens de repatriação.

— Foi prorrogado até ao dia 5 de maio proximo o prazo para o pagamento de contribuições industriais, em Angola, ficando portanto sem efeito, as multas que tinham sido applicadas.

A GUINÉ EM CRISE

O governador da Guiné, propôs as seguintes medidas tendentes a reduzir os efeitos da crise que assola a colónia: Suspensão do regimen de cambiais de exportação, redução de 50 % nos direitos aduaneiros de exportação para todos os produtos excepto para o algodão e as madeiras e medidas legislativas aliviando a exportação dos encargos da exportação industrial.

DIAMANTES DE ANGOLA

A produção manteve-se durante o ano de 1930 ao mesmo nivel da do ano anterior ou sejam 310.000 carats.

COLONIAS E PROTECTORADOS ESTRANGEIROS

Costa Douro

A prosperidade excepcional que se tinha manifestado nesta colonia em 1927/28 decaiu bastante em 1929. O valor total do commercio exterior foi de £ 26.024.920 o que nos demonstra uma diminuição de £ 525,480 sobre a exportação total em 1928.

A atmosfera politica melhorou durante o decorrer do ano. Com a formação em Abril de 1928 dum Conselho provincial formado pelos chefes da Provincia de Ovest, este sistema foi estabelecido de facto em toda a colonia, conquanto já funcionasse desde 1926 em algumas Provincias. A questão do estabelecimento nas *chefferies* da colonia de *tesouros do trono* semelhantes aos que foram creados em Ashanti pela ordenança n.º 10 de 1927, foi submetida aos conselhos provinciais e está em estudo. Em Ashanti nenhum acontecimento de ordem politica se manifestou durante o ano de que nos estamos occupando, tendo sido feita a consolidação e o progresso dos resultados obtidos nos anos precedentes. Nos territorios do Norte foi abolida a policia especial desses territorios pela fusão desta policia com a da Costa Douro, que assumiu as funções policiais em todo o protectorado.

Finanças — O total das receitas para 1929 foi de £ 3.562.715 contra £ 4.121.523 no ano anterior e as despesas totais foram de £ 4.278,481 contra £ 3.618,83.

A divida publica eleva-se a £ 11.791.000 em 31-3-1929.

O fundo de Amortisação eleva-se a £ 1.303.259.

Produção

Agricultura — Cacau — A exportação deste produto durante o ano de 1929 excedeu a do ano anterior em 14.754 toneladas ou seja cerca de 7 %.

Kola — A sua exportação desceu 448.163 arrateis comparativamente com a quantidade exportada no ano antecedente.

Oleo de Palma — A produção deste produto continua a diminuir.

Borracha — Uma deminuição na exportação de 64 toneladas.

Algodão — Foram exportados pela fronteira Leste 84.500 arrateis.

Gado — O valor total do Gado é representado por £ 1.300.000.

Florestas — A administração das florestas na Costa Douro dirige todos os seus esforços no sentido de manter uma zona com sufficiente arborisação afim de conservar o tipo de clima humido das florestas considerado indispensavel á cultura do cacau, da Kola e outros produtos que fazem a prosperidade da Colonia.

A exportação do Acaju mostra tendencia para se estabilisar assim como os preços.

Receitas Alfandegarias — Elevaram-se a £ 3.010.749, o que representa uma diminuição de £ 60,205 sobre as do ano anterior.

Importações — O seu valor total foi de £ 12.200.045 o que nos mostra que houve uma diminuição de 11,4 % sobre a dos ano anterior.

Exportações — O seu valor total foi de £ 13.824.875, tendo havido uma diminuição de 3,66% sobre as de 1928.

Minas — 167.114 onças d'ouro no valor de £ 709.903 foram produzidos pelas varias minas da Costa Douro e d'Ashanti. A produção de ouro desde 1924[25] que vem diminuindo.

Manganésio — 876.913 toneladas no valor de £ 650.911 foram exportadas o que nos demonstra um aumento razoavel sobre o ano antecedente.

Diamantes — A produção foi igual ha do ano anterior.

Concessões — Foram concedidas pelo governo 11 concessões, das quais dez de minas de diamantes.

Trabalho — Foram 11.358 os indigenas empregados pelas companhias mineiras durante o ano visado, o que marca um aumento de 634 sobre o ano antecedente.

Navegação — 985 navios representando uma tonelagem de 2.740.678 toneladas entraram nos postos da colonia durante 1929.

Caminhos de ferro — Foram abertos ao trafico até 31-3-1929 — 500 milhas.

O total das despesas com os caminhos de ferro foi £ 9.137.662.

Estradas e transportes Automoveis — Até 31 de Março de 1929 existiam 6.133 milhas de estradas para automóveis.

Justiça — Durante o ano foram julgadas pelo «Full Court» 39 causas e 580 causas civis foram distribuidas pelos tribunais Divisionais dos quais mais de metade por dividas.

O tribunal superior criminal formulou 311 condenações o que nos mostra um aumento consideravel sobre os tresanos anteriores.

Os «Tribunais de Jurisdição Sumária» formulavam 18.025 condenações, o que representa um aumento de 1.256 sobre o ano antecedente.

Trabalhos publicos — O trabalho mais importante efectuado durante o ano foi a continuação da edificação do Colegio do Principe de Gales.

Estatística da população — A população Africana da Colonia d'Ashanti e dos territorios do Norte foi calculada em 2.695.844 o que demonstra um aumento de mais de meio milhão sobre o anterior recenseamento (1921).

Ensino — Existem na Colonia e em Ashanti 18 escolas governamentais (escolas primarias) com uma população escolar de 3.666 rapazes etc. 1.022 raparigas 13 destas escolas são situadas nas 3 Provincias da Colonia e 5 em Ashanti. Existem alem destas mais 245 escolas das Missões na Colonia e em Ashanti. A base do ensino no territorio do Norte é o ensino profissional.

Terras e Agrimensura — O principio primordial adoptado pelo governo é baseado em que toda a terra na colonia pertence ou pertenceu ao indigena e que toda a terra tem um occupante.

Em virtude da enorme quantidade de litigios relativos á determinação dos limites das terras que são presentes aos tribunais bara serem julgados, não existe sombra de duvida que este principio não pôde ser completamente posto em pratica. Quando um terreno é requisitado para necessidades publicas, o governo pode adquirir o terreno mediante compensação. Nas varias provincias existem secções de agrimensura. Em Kumasi, o arranjo dos lotes e a preparação dos planos dos bosques do governo empregam tres agrimensores.

Trabalhos geologicos — Tres novas descobertas de rochas e de minerais de possivel valor economico foram efectuadas.

Trabalhadores — No territorio da Costa Douro existe um grande numero de trabalhadores indigenas vindos dos territorios franceses aguardando trabalho comparado e lucrativo. Tomam com os indigenas dos territorios do Norte a principal reserva de indigenas para o trabalho não especializado.

Estes são contratados pelos europeus para os trabalhos manuais. Estes ganham por dia 1 shelling e 6 d., os homens, e 1 sh. as mulheres ou as erianças.

UM GORILA GIGANTE

Ao norte do Kidu, Congo Belga, a missão Gatti abateu um Gorila que tinha 2,22 de altura. A missão partiu para a região de Shabanda donde ha noticias da existencia de exemplares maiores ainda.

A QUESTÃO DA ESCRAVATURA NA LIBERIA

O Conselho da Sociedade das Nações apreciou o relatório de Mr. Zaleski, delegado da Polónia, sobre esta importante questão. O senhor Zaleski comunicou que os factos apontados pela Comissão de inquerito são irrefutaveis. Em resposta o Sr. Sottile, em nome da Republica da Liberia, declarou que as reformas propostas pelo Conselho serão levadas a efeito mas que, para isso, tornava-se necessário que um auxilio financeiro fôsse concedido á Liberia. Respondeu-lhe o Sr. Henderson, delegado britânico, que contestou a afirmação de que para que ás reformas se fizessem era necessário o auxilio financeiro.

UNIÃO SUL AFRICANA

Uma delegação indigena d S. D. N. — Reuniu em Janeiro passado em Bloemfontein um congresso indigena a que presidiu o Er. Abdurahman.

O professor Jabavu e o sr. Kadalie tomaram parte nos trabalhos. O Congresso resolveu enviar a Inglaterra e a Genebra uma delegação de indigenas com o fim de protestar contra os propositos do General Hertzog, partidario da não compartição dos negros nos cargos ecclesiasticos e no Estado. A politica actual declarou um dos oradores, tende a expulsar os negros de todas as profissões mesmo ou pouco remuneradas.

COSTA DE OIRO — OS INDÍGENAS RECUSAM-SE A VENDER O CACAU

Desecontentes com a baixa nos preços do cacau os indigenas desta possessão inglesa recusam-se a vendê-lo, preferindo guardar a colheita à espera da alta. O sr. Shiels, sub-secretario de Estado para as colónias inglesas, declarou na Câmara dos Comuns que uma intensa campanha acaba de ser organizada naquella colónia pela Cocoa Growers Federation com o fim de convencer os indigenas a venderem a sua produção. Por sua vez, em virtude das demarches levadas a efeito pelo Governador da Costa d'Oiro e duma conferência realizada entre os comerciantes e os produtores, os indigenas começaram a mudar de attitude.

O REGIME E A BASE DO ENSINO NO CONGO BELGA

Dum dos últimos números do «Essor Colonial et Maritime», de Bruxelas, transcrevemos as interessantes conclusões a que chegou um distinto articulista do mesmo jornal, sobre este assunto:

I — O conjunto da actividade escolar deve adaptar-se estritamente á mentalidade do indigena;

II — A educação do indigena e a formação do seu carácter devem ser feitas paralelamente com o ensino;

III — Não é de aconselhar o estabelecimento de uma organização de ensino semelhante á que funciona na Bélgica;

IV — O ensino deve ter uma base moralisadora. As doutrinas cristãs devem servir de base á educação do indigena;

V — O programa das escolas normais deverá ser periodicamente revisto e completado;

VI — A administração colonial deve generosamente auxiliar as escolas livres na escolha dos locais e na formação dos instructores indigenas;

VII — E' necessario remediar a insuficiência pessoal do ensino indigena;

VIII — E' preciso aumentar o número de professores europeus das escolas normais;

IX — O ensino agrícola deve ser colocado no primeiro plano, mas *deve adaptar-se aos métodos adoptados para a agricultura indigena*;

X — A preparação de auxiliares indigenas é duma necessidade urgente. Estes auxiliares devem poder substituir os europeus num grande número de pequenos empregos subalternos, não somente nos pequenos empregos officiais como também nas sociedades e casas particulares;

XI — Deve-se procurar ineutir aos alunos indigenas o gosto pelos assuntos desportivos.

TANGANYIKA

Ensaio para domesticar uma zebra — A zebra desta região nunca mostrou disposição para se deixar arrear. Todavia, bons resultados veem de ser obtidos fazendo o cruzamento entre a zebra e o burro. O departamento veterinario do Tanganyika possui duas mulas resultantes destes cruzamentos e com as quais tem obtido o melhor rendimento.

SOCIEDADES COOPERATIVAS NO CONGO

As sociedades cooperativas de consumo creadas em Elisabtheville e Likasi pelos empregados da União Mineira tem entrado, sucessivamente, em liquidação, satisfazendo-se assim as aspirações dum grande número de comerciantes que considerava ilegal a sua actividade e que já varias vezes se tinha manifestado junto do Governador Geral contra a concorrência que as cooperativas lhe faziam.

Notícias dos Mercados

BORRACHA — As liquidações do mês de Abril corrente e bem assim as divergências que sobre a restrição da produção da borracha que se levantaram entre certos produtores holandeses influenciaram o mercado. A tendência para a alta foi muito fraca. Em Londres a cotação variou entre 3 112 d. e 3 916. Os *stocks* em Inglaterra existentes em 26 de Março passado eram os seguintes:

Em Londres: 83.132 toneladas contra 83.001 em 19 de Março passado;

Em Liverpool: 48.333 toneladas contra 47.105 na mesma data;

GOMA COPAL — As vendas de quantidade escolhidas mais fáceis. Actualmente está-se cotando segundo as qualidades correntes, entre 235 e 260 francos belgas os 100 quilos.

CACAU — Tendência pesada e os negócios difíceis. O do Congo cota-se em Anvers entre 200 e 210 francos os 50 quilos.

CAFÉ — Da baixa do câmbio no Brazil e do «Rio» resultou uma interrupção nos negócios. Por outro lado, em Anvers, as qualidades de café portuguesas são conservadas a um nível mais elevado, cotando-se entre 4.90 e 6.25 o quilo.

GERGELIM — Tendência calma. Cota-se entre £ 12,15 e £ 13. A tonelada.

COCONOTE — Mercado fraco. Mercado frouxo para as qualidades «finas». No fim da semana que findou em 26 de Março passado, registou-se uma nova baixa de sh. 51. As cotações oscilam entre £ 11. e £ 11.13 a tonelada.

OLEO DE PALMA — O mercado calmo, com poucos negócios. Cotações variam entre £ 16.26 e £ 17.

ALGODÃO — Abertura em 26 de Março passado.

LIVERPOOL — Maio, 576; julho 584; outubro de 1931: 595.

NOVA YORK — Maio, julho e outubro de 1931 respectivamente 1.078, 1.102 e 1.135 cents. por libra.

Para melhor compreensão das cotações deste producto, em regra fixado já para datas futuras, ver a local: *Mercado de algodão*, publicada no 1.º número desta revista. A tendência é já menos firme que anteriormente. Negócios indecisos em virtude de se ignorar a política do Barm Board dos E. U. A. Em Anvers o algodão do Congo cotou-se entre 9.25 a 9.50 francos o quilo.

A Reorganização Administrativa do Congo Belga

(CONCLUSÃO)

sem incluir a economia, impossível de calcular, que resultaria da redução dos logares superiores.

Em todos os domínios da sua administração é necessário que a colónia siga uma política *única*, baseada nas necessidades económicas e sociais, *inspirando-se nos desejos e nos votos manifestados pelo Parlamento e pelas instituições internacionais em que o país participa activamente e nas quais assumiu um lugar tão notável.*

Ora a política pessoal dos governadores de província é frequentemente contrária a este *desideratum*. A criação dum corpo de inspectores geraes acabará com esta situação, desfavorável tanto á nossa vida económica como aos interesses moraes e materiais das populações indígenas.

Com uma melhor organização do controle geral—actualmen-

te existente—confiado a altos funcionarios com autoridade, experiência e competência para o exercer, nós estamos certos de pôr fim á política particularista e ao desperdício dos dinheiros públicos.

O fim destes inspectores geraes será igualmente de pôr em evidência a mediocridade e a insuficiência de certos chefes de serviço e de commissários de districto, *cujá presença nos quadros da nossa administração colonial tem causado, em grande parte a crise económica que nos assoberba.*

Outras vantagens poderiam ser destacadas na organização proposta, mas a importância daquelas a que já nos referimos é suficiente, só elas, para justificar a sua adopção o mais breve possível, porque a situação crítica actual não poderá continuar sem o risco de provocar a ruina económica e política da nossa colónia.

Índices-Números

dos géneros coloniais na praça de Lisboa,
referentes aos dois últimos anos

POR nos parecerem francamente elucidativos vamos transcrever do Boletim da Direção Geral da Estatística os dois

quadros referentes aos *Índices — Números das Cotações dos Géneros Coloniais* respeitantes aos dois últimos anos;

Designação	1914	1929											
	Julho	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Lisboa (cidade)	100	2.723	2.735	<u>2.854</u>	2.820	2.756	2.674	2.663	2.389	<u>2.587</u>	2.480	2.443	2.326

OBSERVAÇÃO — A soma das cotações dos 10 géneros coloniais de maior negócio na praça de Lisboa, em Julho de 1914, deu o número de referência.

Note-se a alta cotação atingida em Março de 1929 pelos géneros coloniais. A partir deste mês começam a baixar lentamente até Agosto, mês em que as cotações tiveram uma diminuição sensível. No mês seguinte as cotações são mais animadoras o que

nos é revelado pelo respectivo *índice-número* que atinge 2.587; daqui em diante começa a acentuar-se a baixa, que nos dá para Dezembro o índice-número: 2.326. Este número em relação ao referente a Março acusa uma diferença para menos de 528.

A baixa continua em 1930?

É o que vamos ver no quadro que se segue:

Designação	1914	1929	1930											
	Julho	Índic. médio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novemb.	Dezembr.
Lisboa (cidade)	100	2.630	2.338	2.326	1.947	1.762	1.955	1.649	1.959	1.545	1.418	<u>1.282</u>	1.342	1.321

Facilmente agora responderemos. Apesar da pequena subida notada em Janeiro de 1930 sobre o índice-número de Dezembro de 1929—12 pontos apenas—a baixa nas cotações dos géneros coloniais vai-se, assustadoramente, tornando cada vez maior até Outubro.

Anima um pouco em Novembro para logo baixar outra vez em Dezembro. Se compararmos o número mais alto atingido em Março de 1929—que foi 2.854, com o índice-número referente a

Dezembro de 1930, notaremos uma diferença para menos de 1533!...

Número que nos dá uma idéia nitida do que tem sido a angustiada baixa nas cotações dos géneros coloniais, causa máxima da crise económica que estão atravessando as nossas colónias.

Terá continuado ainda em 1931 esta pavorosa baixa nas cotações? É o que vamos ver, graças á forma admirável porque se encontram montados os nossos serviços estatísticos, actualmente:

Designação	1914	1929	1930		1931	
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro
Lisboa (cidade)	100	2.630	1.726	2.326	1.102	1.227

Note-se a diferença entre os índices-médios referentes a 1929 e 1930. A baixa acentua-se duma forma assustadora em Janeiro que nos dá o índice-número de 1.102.

Durante este mês—o da maior baixa registada nos últimos dois anos nas cotações dos géneros coloniais—alguns destes, como por exemplo o café chegou a cotar-se a 32 escudos os 15 quilos (Angola), *sem comprador!* No mês seguinte os preços começaram a animar, o que nos é acusado pelo respectivo índice-número de Fevereiro.

O café em fins de Março (café Ambriz) cota-se já a 50\$00 os 15 quilos.

Oxalá a subida continue, são os nossos votos. A tendência é para a estabilização nos preços-ouro de antes da guerra (1914) tudo nos fazendo crer que a subida de todos os géneros coloniais continuará, embora lentamente, até atingir essa estabilização. É claro que isto não evitará as relativamente pequenas diferenças resultantes das leis económicas da oferta e da procura. Assim seja.

O comércio de Portugal com as suas Colónias, referente a alguns produtos, nos últimos dois anos

Importação :

PORTUGAL importou nos anos de 1929 e 1930 respectivamente 71.458.864 e 64.537.522 quilos de açúcar, no valor de 85.020.516\$00 e de 66.254.927\$00 escudos, tendo as nossas colónias contribuído para essa importação com as seguintes quantidades (em quilogramas):

	1929	1930
Angola	71:76:315	13:832:126
Cabo Verde	47	64
Guiné	266	70
S. Tomé e Príncipe . .	775	341
Moçambique	48:337:864	44:613:106
	55:515:267	58:445:707

A Alemanha que em 1929 nos tinha enviado 10.990.757 quilos de açúcar apenas contribuiu em 1930 com 4.598.599, em virtude das medidas de proteção tomadas pelo governo a favor da nossa produção Colonial. Nas outras procedências estrangeiras nota-se em 1930 a mesma descida sensível nas quantidades importadas.

E' interessante notar que ao passo que a importação de Moçambique diminuiu de 3.724.758 em 1930, a de Angola quasi duplicou no mesmo ano o que se deveu, sem duvida, á uma maior actividade da industria açucareira angolana e ao facto de Angola não ter atingido ainda a quantidade que lhe está reservada com direito a bonus de importação no mercado Nacional.

Igualmente se verifica uma diminuição na importação total de 1930, em relação a 1929 a que deve ter correspondido uma diminuição no consumo.

Para os 36.964.152 quilogramas de sementes oleaginosas, no valor de 52.840.967\$00 escudos que a Metropole importou em 1929, contribuíram as nossas colónias com 29.288.184 quilogramas.

Em 1930 dos 36.793.697 quilogramas no valor de 47.919.228\$00 escudos, foram importados das nossas colónias 29.684.450 quilogramas. E' curioso notar que as sementes oleaginosas, o café e o açúcar, occupam na importação metropolitana um lugar de relevo em relação ás similares estrangeiras. No entanto, é de salientar, que a importação de oleaginosas das nossas colónias está ainda longe das possibilidades reais das mesmas em virtude da sua enorme riqueza oleaginosa, na sua maior parte, ainda muito longe de estar em produção regular.

Por nos parecer util vamos indicar, por procedências, as quantidades em quilogramas importadas na Metropole nos últimos dois anos:

	1929	1930
Alemanha	732:569	666:126
Argentina	2:490:840	3:514:760
Bélgica	529:437	459:710
China	268:779	679:087
Espanha	456	1:095
E. U. do Brazil	1:022:320	1:301:474
França	1:393:454	61:387
Holanda	80:830	88:243
Inglaterra	1:154:171	39
Colónias Portuguezas		
Angola	6:744:611	6:668:765
Cabo Verde	4:516:496	2:830:035
Guiné	13:407:696	16:538:117
S. Tomé e Príncipe	3:838:932	3:237:929
Moçambique	774:964	609:604
India	5:485	
Procedências não mencionadas	3:112	137:326
Total	36:964:152	36:793:697

Por estes números se verifica que a Guiné é das nossas Colónias a que maior quantidade de sementes oleaginosas (especialmente amendoim) nos envia, sendo de notar o aumento sensível na quantidade por ela enviada em 1930. Seguem-se, pela ordem de importância, Angola cuja importação se manteve quasi estacionária e Cabo Verde que teve uma forte diminuição em 1930.

Portugal importou nos anos de 1929 e 1930 respectivamente 3.265.953 e 2.365.814 quilogramas de peles em bruto ou preparadas, sécas, no valor de 38.905.215\$00 e de 19.830.212\$00 escudos. Para estas importações contribuíram as nossas colónias com as seguintes quantidades em quilogramas:

	1929	1930
Angola	910:367	591:631
Cabo Verde	19:418	15:995
Guiné	141:218	91:662
S. Tomé e Príncipe	7:324	509
Moçambique	72:659	77:976
Macau e Timor	4	
	1:150:990	777:773

E' de notar em primeiro lugar que a quantidade importada em 1930 diminuiu sensivelmente comparada com a do ano anterior, tendo diminuído ainda mais o seu valor, em grande parte devido á enorme baixa havida nas cotações deste producto, que em fins do ano transacto descera a menos de um terço do seu valor habitual até então. Com tristeza notamos, á excepção de Moçambique, a enorme descida que tiveram as importações das nossas colónias, d'este artigo, no ano de 1930 em relação a 1929. Oxalá no presente ano o contrário se verifique.

Exportação :

Portugal exportou nos últimos dois anos respectivamente 4.657.966 e 4.418.444 decalitros do nosso precioso vinho do Porto, no valor de 207.922.741\$00 e de 194.616.476\$00 escudos. E' curioso registar as quantidades que, nos mesmos anos foram exportados para as nossas colónias (em decalitros):

	1929	1930
Angola	28:129	17:354
Cabo Verde	952	559
Guiné	949	843
S. Tomé e Príncipe	1:289	443
Moçambique	20:786	22:114
India	1:415	1:946
Macau e Timor	1:418	1:156
	54:938	44:415

Nota-se que, aparte para Moçambique e India, a exportação d'este producto diminuiu consideravelmente para as outras colónias, sendo de acentuar a enorme diminuição que essa exportação sofreu quanto a Angola para onde foram exportados menos 10.775 decalitros do que em 1929.

Deve-se certamente, a grande diminuição havida, á crise economica que as nossas colónias estão atravessando e que assim tão directamente se reflete na economia Metropolitana.

A exportação metropolitana de vinhos comuns tintos atingiu nos anos de 1929 e de 1930 respectivamente 3.064.265 e 2.341.171 decalitros no valor de 43.104.817\$00 e de 30.888.595\$00 escudos. Nestes totaes estão incluídas as quantidades e os valores referentes aos vinhos comuns tintos de Colares e que foram: 88.341 decalitros em 1929 e 60.700 em 1930, respectivamente no valor de 1.746.311\$00 e de 1.100.443\$00 escudos.

As quantidades, em decalitros, exportadas para as nossas colónias foram as seguintes:

	1929	1930
Angola	849:055	686:028
Cabo Verde	29:924	26:173
Guiné	115:473	88:161
S. Tomé e Príncipe	79:670	70:753
Moçambique	375:113	388:610
India	5:217	4:447
Macau e Timor	17:282	13:700
	1:471:734	1:277:872

Donde se conclue que cerca de metade da nossa exportação é feita exclusivamente para as colónias. A exportação em 1930, aparte para Moçambique, diminuiu, o que, como atraz acentuamos, se deverá em grande parte explicar pela crise económica que as nossas colónias atravessam.

Portugal exportou nos anos de 1929 e 1930 respectivamente 855:572 e 579:630 decalitros de vinhos comuns brancos, no valor de 11:576:950\$000 e de 7:948:319\$000 escudos.

Nos respectivos totais incluem-se 2:214 decalitros de vinhos comuns brancos de Colares exportados em 1929 e 7:835 em 1930, respectivamente nos valores de 50:892\$000 e de 160:970\$000 escudos.

Para as nossas colónias exportaram-se as quantidades seguintes:

	1929	1930
Angola	189:982	146:564
Cabo Verde	2:934	3:466
Guiné	6:792	5:041
S. Tomé e Príncipe . .	11:435	14:407
Moçambique	288:591	344:338
Índia	977	887
Macau e Timor	489	1:907
	<u>501:200</u>	<u>516:610</u>

E' nós agradável acentuar que a quasi totalidade da nossa exportação quanto a este produto é feita com as nossas colónias.

Apezar da diminuição havida na exportação para algumas delas em 1930 em comparação com a exportação de 1929, a quantidade exportada no ano transacto não diminuiu, o que se deveu á maior quantidade exportada para Moçambique.

PRÉMIOS DE EXPORTAÇÃO

A França continuará a manter a política económica anterior acêrca da crise que atingiu alguns produtos coloniais: Os produtores recebem prémios de exportação de maneira a preencher a diferença entre a cotação dos produtos e o seu preço de produção. Estes prémios são recuperáveis por meio de tarefas estabelecidas para a entrada dèsses produtos em França.

PROTECÇÃO ÀS CULTURAS INDIGENAS NAS COLÓNIAS FRANCESAS

O Governador do Tôgo criou um sistema de créditos os prémios destinados a desenvolver as condições da agricultura indígena e a permitir-lhe a utilização de alfaias que aumentem a produção.

Os prémios que teem um objectivo essencialmente práctico visam apenas os produtos de colocação e rendimento assegurados e que constituem valores economicos de primeira ordem: Oleaginosas, café, algodão, etc.

As operações que são feitas pelo Banco da Africa Occidental, compreendem três categorias: distribuição de prémios; distribuição de alfaias agrícolas; operações de empréstimo a custo, médio e largo prazo.

MERCADOS ESTRANGEIROS. KATANGA

Por nos parecer de flagrante interesse para os commerciantes e industriais de Angola bem como para muitos dos nossos exportadores para as colónias, damos alguns preços correntes de várias mercadorias no território de Elisabetheville. A capital da Província de Katanga tem já hoje a importantíssima população de 4.200 brancos e mais de 32.000 negros.

Ducante o próximo mês de Maio realizar-se-ha em Elisabetheville uma grande exposição internacional a que concorrem muitas colónias estrangeiras e onde Angola poderia marcar um logar de excepcional relêvo pelas condições especialissimas de que dispõe para a conquista do mercado.

Preços dos principais artigos consumidos por europeus — Carnes: 20 a 36 fr. por kil. Batatas; 3,50 a 6 fr. Farinha; 9 fr. Manfeiga em lata; 30 fr. Sal de cosinha; 2,50 Chocolate; 70 fr.

Os artigos de consumo indígena mais importantes são os tecidos, o tabaco e o sal.

Todas as informações complementares são fornecidas pela «Office Colonial» do Ministério das Colónias Belga (Rua dos Augustins 35 Bruxelas) onde todas as indicações são fornecidas gratuitamente.

CONFERÊNCIA ECONÓMICA DA ÁFRICA FRANCESA

O primeiro Congresso de Conferência económica da Africa franceza que devia ter-se rellizado em Janeiro ou Fevereiro em Dakar e Alger, foi adiado para o fim do ano por motivo da situação económica actual.

O fim dèste agrupamento de estradas económicas e sociais é reunir toda a documentação capaz de mostrar á opinião metropolitana e Africana a necessidade e os melhores meios de desenvolver uma colaboração que precisa ter cada vez mais activa não só entre a Metropole e o bloco da Africa franceza como tambem entre os diferentes territórios que compõem o império africano francès.

CARVÕES DO LIBERIA

Se bem que a produção em 1930 tenha passado de 120.000 toneladas, o que marca um aumento de 20.000 sôbre o ano anterior, aquele número seria maior se a exploração não tivesse sido prejudicada devido ás violentas chuvas caídas na região mineira.

PRECÁRIA SITUAÇÃO DA INDUSTRIA AÇUCAREIRA

Dum artigo de M. Frédéric Martin na revista «Agricultura pratica dos países quentes» «Fazendo 3 a 4 toneladas de açúcar por hectare; com plantações de cana cujo rendimento médio não ultrapasse 50 toneladas por hectare e com uma extração maxima de 7 a 8 % as fabricas melhor apetrechadas perdem 50 a 100 francos por sacco de açúcar. Para que a fabricação seja remuneradora é preciso no actual estado do mercado açucareiro, produzir pelo menos 80 toneladas de cana por hectare, com uma extração mínima de 10 % de açúcar. As plantações fornecendo cana com uma percentagem de bagaço elevada vivem em más condições económicas.

UNIÃO SUL-AFRICANA

Diminuição de salários nos Caminhos de Ferro — Durante o mês de novembro de 1930, o déficit dos caminhos de ferro sul-africanos elevou-se a £ 109.000. Depois do mês de abril este número subiu para £ 596.000. O governo annunciou que afim de reduzir o déficit iam ser despedidos 200 empregados e que 400 empregados atingidos pelo limite de idade não serão substituídos. Além disso vão ser feitas reduções nos salários.

RHODÉZIA DO SUL

Diminuição de receitas nos caminhos de ferro — Durante os 12 meses que terminaram em 30 de Setembro de 1930, verificou-se uma diminuição de receitas que se elevou a £ 515.000 em relação a igual periodo do ano anterior. As causas dèste facto devem-se á redução efectuada nas tarifas e ao abaixamento do trafico. A União Mineira carregou apenas 285.000 toneladas de carvão de Wankie contra 305.000 anteriormente. Vão ser feitas economias pela supressão de alguns combóios quer de passageiros quer de mercadorias.

Informações Coloniais Estrangeiras

A luta contra a crise: — Da «Tribuna de Madagascar»: «Os imensos recursos latentes desta colónia primam, pelo contrário, em demonstrar ser um país essencialmente productor. Para chegar a este resultado, é necessário fazer todos os esforços para destruir no espirito indígena, a tendência mercantil que o arruína, que arruína os nossos comerciantes exportadores e importadores e, por consequência a propria colónia. Devolvamos à terra todos estes comerciantes de quinquilherias, de fosforos, de sabão, etc. que inundam as povoações e para os quais a pobre mercadoria não representa mais do que a taboleta que encobre o usurário, o monopolista dos productos da terra, o especulador que pilha o productor, o desanimador e creador desta alta artificial em virtude do qual sofre toda a colónia.

Jornais interditos da Africa Ocidental Franca — Foi prohibida a venda nas colónias francezas da A. O. dos jornaes «L'orient et les Colonies» e do «Ouvrier nègre», editados em Moscou em lingua franceza. Os contraventores serão punidos nos termos do decreto de 4 de Agosto de 1921.

O orçamento da Tunisia para o exercicio de 1931-1932 — A comissão arbitral do Grande Conselho terminou os seus trabalhos e estabeleceu definitivamente o orçamento tunisiano para o exercicio de 1931-1932.

No projecto do orçamento, submetido ao Grande Conselho, as previsões das receitas eram computadas em 588.682.500 francos, 4 %¹⁰. Excedente das receitas 98.282 francos. Depois da modificações feitas pelas duas secções do Grande Conselho, aqueles números foram modificados: Assim as receitas foram fixadas em 578.267.500 francos e as despesas em 578.217.639 fr. 38. O *superant* foi, pois, reduzido para 49.860 francos e 38.

Recitas Aduaneiras na A. O. F. no ano de 1930 — Elevaram-se a 209.702.242 francos, número que representa uma diferença para mais de 15.656,242 francos sobre as previsões orçamentais e uma diminuição de 4.496,295 francos sobre as receitas arrecadadas em 1929.

ANGOLA



AUTORIDADES GENTÍLICAS — O SECULO DA MUPA

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Janeiro de 1931
(VALORES EM ESCUDOS)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transfêrencias	Letras a receber	Depositos á ordem	Depositos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depositos noutros Bancos				
Banco de Angola . . .	80.407	2.955.927	—	19.231.538	10.958.494	2.892.785
Banco do C. e Ultramar	792.404	1.716.969	6.363.964	714.185	4.062.983	5.286.208
Banco N. Ultramarino . .	3.807.542	1.482.082	63.966.037	79.018.844	22.815.252	57.176.641

Do Boletim Mensal da D. G. E.

Comércio entre a Metropole e as Colónias portuguesas

COLONIAS	Importação		Exportação	
	Valôr em milhares de Escudos		Valôr em milhares de Escudos	
	Janeiro 1931	Janeiro e Fevereiro 1931	Janeiro 1931	Fevereiro 1931
Angola	8.237	16.540	2.522	6.060
Cabo Verde	39	1.056	300	558
Guiné	186	559	270	594
S. Tomé e Príncipe	641	1.183	329	688
Moçambique	3.607	7.858	2.461	4.824
India	I	2	61	131
Macau e Timor	I	2	96	113

Do Boletim Mensal D. G. E.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante o mez de Janeiro e Fevereiro de 1931

Mercadorias	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<i>Importadas das Colónias :</i>						
Arroz	36.890	—	4.307	7.000	—	—
Açúcar	2.276.431	—	—	3.675.058	—	—
Café	592.153	14.314	219.000	128	37.975	5
Trigo em grão	2.026.040	—	—	—	—	—
Peles em bruto	85.249	1.150	31.604	—	345	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	89.306	—	—	74.860	—	—
Sementes oleaginosas	1.141.484	722.388	279.468	106.627	396.944	—
Milho	9.639.608	21.344	—	—	—	—
<i>Exportadas das Colónias :</i>						
Vinhos do Porto (decalitro)	1.538	66	36	2.150	20	261
« comuns »	142.764	4.393	11.856	107.036	7.240	3.361
« licorosos »	2.894	38	22	154	14	3.647
Conservas de vegetais	27.676	1.057	2.054	33.984	2.321	1.667
Sardinhas em salmoura	365	35	160	327	63	—
Conservas de sardinha	7.158	618	1.147	45.616	1.641	900
« de peixe »	204	40	211	1.177	83	—
Cortiça em rolas	50	40	—	257	—	—

(Do Boletim da Direcção Geral de Estatística)

Gêneros Coloniais—Cotações nos principais Mercados

Bólsas:	Paris (Francos)		Amsterdã (Florins)		Nova York (centes por £)		Londres (Shillings)		Buenos Ayres (Dollars)		Anvers (Francos)		Havre (Francos)		Lisboa (Escudos)				
	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	1-6-1914	1-4-1930	1-4-1931	
Mercedarias																			
Cacau fino . . .	50 q.	290-400	100 q.	246-75	1 lb.	5 5/8	Cwt	44-50	—	—	—	—	50 q.	290-400	15 qos.	4\$50	38\$00	35\$00	
» paiol . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4\$30	48\$00	25\$00
» escolha . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3\$50	27\$50	17\$50
Café	—	—	50 q.	20 1/4 20 5/8	1 lb.	5 1/2	Cwt	88-150	—	—	1 q.	8.20-8.70	50 q.	195-200	—	—	—	—	—
Café S. Tomé . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7\$70	250\$00	150\$00
» Novo Red. . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3\$00	65\$00	50\$00
» Ambriz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3\$00	65\$00	48\$00
» Encoje	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2\$65	65\$00	47\$00
» Cazengo . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2\$65	55\$00	46\$00
» Cabo Verde . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12\$50
Coconote	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	T. I.	£ 11.13	—	—	—	—	1\$30	23\$50	16\$50
Oleo de palma { mole	100 q.	260-265	—	—	—	—	—	—	—	—	T. I.	£ 16.5	—	—	—	—	1\$77	30\$50	29\$00
» rijo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	100 q.	275	—	—	—	—	27\$00
Ricínio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$84	22\$00	17\$00
Gergelim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1\$17	24\$00	17\$00
Algodão	50 q.	373-379	—	—	—	—	1 lb.	(Pences) 5.80-6.05	—	—	1 K. ^o	16.25	50 q.	373-379	1 quilo	\$35	8\$50	5\$00	
Cera	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$75	11\$50	9\$40
Assucar { escuro.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$10	1\$70	\$80
{ (em rama) branco	100 q.	187-91	100 q.	77/8-8 1/8	1 lb.	1.17-1.20	Cwt	1816-2116	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1\$00
Milho	—	—	—	—	Bushel	741/2-78	—	—	100 qs.	3.80-3.92	—	—	—	—	—	—	\$04	\$65	\$40
Couro (Beng.) .	—	—	—	—	1 lb.	7 1/2	1 lb.	(Pences) 4 118	100 q.	45 (Pesos)	1 lb.	5 518	—	—	—	—	\$62	6\$50	5\$00
Couro limpos . .	—	—	—	—	1 lb.	10	1 lb.	(Pences) 14-30	—	—	1 lb.	6-6 1116	—	—	—	—	—	—	6\$50
Borracha 1. ^a . . .	—	—	1/2 q.	(Centes) 21-24	1 lb.	7314-8	1 lb.	(Pences) 4 318	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4\$00
» 2. ^a	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3\$00

A. R. — Sobre as tendências dos mercados vêr a nossa local «Noticias dos Mercados» que noutro lugar publicamos.

«História do Nosso Tempo»

(Acção e obra de João de Almeida — 1904-1910)

por

HENRIQUE GALVÃO

a aparecer na proxima semana



DEPOSITARIO

A. M. Teixeira & Filhos

Livrelros Editores

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 17 — LISBOA

AMANTOS EMPANQUES
BORRACHA MANGUEIRAS
CORREIAS APARELHOS
DE PARA
TRANSMISSÃO MOAGEM

EAGLOIL



O oleo que a pratica recomenda

OLEOS ESPECIAIS PARA :

AUTOMOVEIS E CAMIONS — MAQUINAS MARI-
TIMAS — MAQUINAS AGRICOLAS — MAQUINAS
FRIGORIFICAS — MAQUINAS DE PRECISÃO, ETC.

H. VAULTIER & C.^a

PARIS — LISBOA — PORTO — COVILHÃ
ESTREMOZ — PONTA DELGADA
FUNCHAL

J. Garraio & C.^a Suc.

José Rodrigo de Menezes, L.^{da}

Avenida 24 de Julho 2, 1.^o

LISBOA

FUNDADA EM 1860

Fabricantes de instrumentos Nauticos

PATENTE DE INTRODUÇÃO DA NOVA INDUSTRIA, N.^o 93

Sub-agentes do Almirantado Inglez

Mapas e livros de Navegação

Apreostos para navios

TELE { fone: 2 5922
gramas: GARRAIO

Movimento de passageiros entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

Companhias Transportadoras		1.ª Classe		2.ª Classe		3.ª Classe		Total		Total Geral	
		África Ocidental	África Oriental	A. Oc.	A. Or.	A. Oc.	A. Or.	A. Oc.	A. Or.		
Companhia Nacional de Navegação	Ida	Ano de 1930	741	315	977	531	2028	1143	3746	1989	5735
		Fevereiro de 1930	54	30	92	26	129	134	278	190	468
		Fevereiro de 1931	38	14	62	21	101	67	201	102	303
		Março de 1930	43	19	86	55	147	127	276	201	477
		Março de 1931	22	39	91	17	98	100	211	156	367
	Volta	Ano de 1930	739	291	631	339	1143	401	2513	1031	3544
		Fevereiro de 1930	71	17	68	24	93	12	232	53	285
		Fevereiro de 1931	15	6	42	13	80	22	117	41	158
		Março de 1931	45	43	47	71	50	79	142	193	335
		Março de 1931	32	21	31	23	113	19	176	63	239
Companhia Colonial de Navegação	Ida	Ano de 1930	429	120	742	194	1875	508	3046	822	3868
		Fevereiro de 1930	40	0	81	0	195	0	316	0	316
		Fevereiro de 1931	20	11	68	20	54	27	142	58	200
		Março de 1930	41	16	70	20	113	57	224	93	317
		Março de 1931	42	11	55	13	82	52	179	76	255
	Volta	Ano de 1930	465	119	532	159	963	309	1960	587	2547
		Fevereiro de 1930	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Fevereiro de 1931	23	1	22	1	95	12	138	16	154
		Março de 1930	27	2	46	7	179	25	252	34	286
		Março de 1931	21	17	35	34	203	26	259	77	336

Produção de cereais, em quilogramas na Colónia de Angola em 1928

(Do Boletim de Estatística do Ministério da Agricultura)

DISTRITOS	Trigo	Milho	Centeio	Cevada	Arroz
Bié	1.409.885	41.346.557	46.225	12.104	1.019.200
Congo	—	355.300	—	—	33.500
Huila	885.550	4.383.302	33.600	5.190	—
Malange	—	17.622.310	—	—	200.000
Mossamedes	4.350	329.263	—	—	—
Moxico	—	1.962.460	1.700	—	28.275
Zaire	—	622.112	—	—	—
Quanza Sul	2.700	29.244.020	—	—	12.750
Quanza Norte	—	4.909.261	—	—	2.840
Cubango (Intendência)	—	444.500	—	—	—
Benguela	3.320.199	118.450.595	45.875	—	13.524
Lunda	—	2.557.000	—	—	171.650
TOTAL	5.402.684	222.227.280	127.400	17.294	1.293.739

Cotação oficial das acções das Companhias coloniais na Bolsa de Lisboa

Companhias	Em 28 de fevereiro de 1931			Em 25 de março de 1931		
	Efectuado Contado	Ofertas — Contado		Efectuado Contado	Ofertas — Contado	
		Compra	Venda		Compra	Venda
Agrícola da Bela Vista	—	—	—	—	—	45\$00
Agrícola do Cazengo	—	—	—	—	—	—
Agrícola da Ganda	—	15\$00	30\$00	—	20\$00	25\$00
Agrícola das Neves	—	150\$00	190\$00	—	—	—
Agrícola do Príncipe	1\$30	1\$10	1\$50	1\$30	1\$30	1\$80
Nacional de Navegação	180\$00	177\$00	179\$00	170\$00	162\$00	168\$00
Agrícola Ultramarina	—	—	120\$00	—	—	—
Soc. Agricultura Colonial	—	100\$00	145\$00	—	—	150\$00
Amboim, até 250:00	48\$00	47\$00	48\$00	38\$00	37\$00	38\$00
Açúcar de Angola	125\$00	122\$00	126\$00	—	120\$00	125\$00
» de Moçambique	—	—	—	—	—	—
Cabinda	—	15\$00	20\$00	—	—	18\$00
Colonial Agrícola	—	—	—	—	—	—
Colonial do Buzi (1.ª emissão)	—	40\$00	44\$00	35\$00	34\$00	35\$50
» » (2.ª » »)	—	36\$00	—	—	32\$00	—
Colonial de Navegação	—	92\$00	102\$00	—	80\$00	85\$00
Comércio de Moçambique	—	78\$00	—	—	—	—
Ilha do Príncipe	122\$ - 145\$	—	147\$00	120\$00	120\$00	123\$00
Luabo	—	—	—	—	—	—
Niassa	—	—	3\$50	—	—	3\$00
Roça Porto Alegre	—	—	100\$00	—	—	100\$00
Sul de Angola	—	—	—	—	—	60\$00
Zambezia, tit. 25	18\$00	—	—	—	17\$00	20\$00
Borór	—	—	—	—	—	125\$00

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa

Mercadorias	Quantidades em Quilogramas		Valor em Escudos	
	Fevereiro 1931	Fevereiro 1931	Fevereiro 1931	Fevereiro 1931
Reexportação:				
Cacau	1.167.147	2.419.974	3.198.660	6.660.940
Café	802.332	1.709.700	1.972.303	4.663.136
Cêra	10.411	14.524	91.170	127.467
Outras mercadorias	94.158	171.838	247.340	518.069
Total	2.074.048	4.316.036	5.509.473	11.959.612
Trânsito internacional:				
Cacau	—	41.839	—	113.884
Café	880.798	1.283.961	2.608.374	3.946.303
Cêra	77.344	113.406	677.400	1.000.100
Oleos de palma e côco	—	2.168	—	5.724
Urzela	—	—	—	—
Outras mercadorias	194.829	313.858	524.400	1.166.700
Total	1.152.971	1.755.242	3.810.174	6.232.711

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística

Câmbios correntes nas praças estrangeiras

Praças	Estabelecimento do Câmbio	Fevereiro de 1931 Dias				Janeiro de 1931 Dias				Dezembro de 1930 Dias				
		4	11	18	25	7	14	21	28	3	10	17	24	31
Londres s/Lisboa.	Esc. por 1 £	108,25	18,251	108,25	108,25	108 3/8	108 3/8	108 3/8	108 3/8	108 1/4	108 1/4	118 1/4	118 1/4	118 1/4
Paris s/Lisboa . . .	Franco por 100 Esc.	114,28	114,41	114,28	114,41	114,25	114,25	114,25	114,25	115	114,75	114,75	114,75	114,75
Londres s/ R. Jan.	Pence por 100 rs.	4 3/8	4 019/64	4 09/32	4 07/32	4 7/16	4 011/16	4 051/32	4 7/32	4 97/8	4 051/64	4 054/64	4 045/64	4 041/64
New-York s/R. Jan.	Dolar por 100 rs.	.0975	0,975	0,975	0,975	.0975	.0935	.0903	.0835	nom.	nom.	nom.	.1975	1975
Madrid s/Lisboa. . .	Peseta por 1500	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27
Berlim s/ Lisboa. . .	Marcos por 100 Esc.	18,84	18,87	18,86	18,86	18,81	18,84	18,82	18,82	18,81	18,82	18,82	18,81	18,81
New-York s/Lisboa	Dolar por 1 Esc.	.0449	.0448	0,449	0,449	.0449	.0449	.0448	.0448	—	—	—	—	—

Moedas das Colónias portuguesas

Praças	Em 1 de Março de 1931			
	Prémio	Transferência	Ágio	Colónias do Oriente
Luanda s/ Lisboa.	2°/10	—	—	—
Praia s/ Lisboa	2°/10	3°/10	—	—
Bolama s/ Lisboa.	2°/10	3°/10	—	—
S. Tomé s/ Lisboa.	2°/10	3°/10	—	—
L. Marques s/ Lisboa.	2°/10	—	6°/10	—
Goa s/ Lisboa (Rupia).	—	—	—	6\$30
Macau s/ Lisboa (Pataca).	—	—	—	5\$91
Dilly s/ Lisboa (Pataca).	—	—	—	5\$95

Produção de diversos géneros, em quilogramas, na colónia de Angola, no ano de 1928

Distritos e Intendencias	Açúcar	Café	Mandioca	Amendoim	Gergelim	Batata doce	Grão de bico	Feijão
Bié	—	8830	—	73.805	82.000	—	—	3.046.805
Congo	—	1.274.330	9.000.000	166.550	—	227.000	—	259.400
Huila	—	—	30.075	4.400	—	21.290	900	536.874
Cabinda	—	4.910	—	—	—	—	—	—
Malange	—	17.000	42.510.000	986.580	50.000	3.000.000	—	11.317.135
Mossamedes	—	—	600	—	—	318.000	—	47.680
Moxico	—	—	3.602.200	28.100	—	94.800	—	42.760
Zaire	—	—	8.756.452	418.660	286.290	63.390	—	38.314
Cuanza Sul	—	4.165.138	703.600	124.000	—	2.554.000	—	8.512.040
» Norte	955.980	2.827.180	1.298.080	188.309	—	2.400	—	8.716.814
Cubango	—	—	384.450	100	—	79.800	—	—
Benguela	5.084.000	6.250	11.280.000	350.140	—	11.550.000	20.873	18.950.777
Loanda	7.000.000	—	—	—	—	—	—	—
Lunda	—	—	24.474.215	804.400	10.000	404.500	—	1.866.360
Total	13.039.980	8.303.638	100.339.872	3.145.024	428.290	18.315.180	49.653	50.334.759

(Do Boletim de Estatística do Ministério da Agricultura)

LEGISLAÇÃO

Do Diário do Governo:

Portaria n.º 7046 de 4-3-931 (1.ª serie n.º 54 de 6-3-931)—Declara nulo e insubsistente o Dip. Leg. da Guiné n.º 551, inserto no B. O. da referida Colónia n.º 49, de 6 de Dezembro de 1930.

Dec. 19.436 de 10-3-931 (1.ª serie n.º 57 de 10-3-931)—Autorisa o Governador da Índia a aplicar a importância de 165:339-09-09 rupias, proveniente do excesso de cobranças sobre a previsão das receitas do ano económico de 1929-30, na amortização antecipada de emissões do empréstimo para viação publica, autorizado pelo dec. n.º 3.342.

Portaria 7.049 de 9-3-931 (1.ª serie n.º 58 de 11-3-931)—Declara nulo o Dip. Leg. da Colónia de Macau n.º 153, inserto no B. O. n.º 1, da referida Colónia, de 3 de Janeiro do corrente ano.

Decreto n.º 19.470 de 16-3-931 (1.ª serie n.º 62 de 16-3-931)—Permite ao Ministro, em determinadas circunstâncias autorisar que os títulos de vencimentos ou de pensões de aposentação sejam processados pela totalidade das somas constantes dos mesmos títulos por conta dum das colónias onde os funcionários tenham servido que na Metrópole disponha de recursos para o seu immediato pagamento.

Dec. n.º 19.471 de 12-3-931 (1.ª serie n.º 62 de 16-3-931)—Anula no todo o Dip. Leg. da Colónia de Angola n.º 128 inserto no B. O. n.º 29 de 2-9-930.

Dec. 19.477 de 17-3-931 (1.ª serie n.º 63 da m. d.)—Permite aos governadores coloniais pôem em prática certas medidas destinadas a assegurar o equilibrio dos seus orçamentos e probelhes, ainda com o mesmo fim, tomar outras que possam atacar esse equilibrio.

Portaria 7.053 de 20-3-931 (1.ª serie n.º 66 da m. d.)—Anula o Dip. Leg. do Governador de Angola n.º 162, inserto no B. O. n.º 47 da mesma colónia, relativo a serviços de assistência médica aos indigenas.

Dec. 19.496 de 23-3-931 (1.ª serie n.º 68 da m. d.)—Autorisa o Banco Nacional Ultramarino a elevar o seu capital em 25.000.000\$000

Dec. 19.512 de 25-3-931 (1.ª serie n.º 70 da m. d.)—Regula a situação das praças de pré do exercito e da armada condenadas a a pena de deportação militar nas colonias e lá julgadas incapazes do serviço pelas juntas de saúde.

Dec. 19.529 de 30-3-931 (1.ª serie n.º 74 da m. d.)—Reorganisa os serviços públicos da Colónia de S. Tomé e Príncipe.

ANGOLA

B. O. n.º 6 (1.ª serie de 7-2-931).

D. L. n.º 178—Divide o território da Colónia em catorze Delegações de Sanidade Pecuaria, abrangendo as areas definidas no mesmo diploma, e estabelece a sua classificação. Fixa as gratificações a abonar aos médicos veterinarios que tenham sede definitiva ou temporaria em determinadas Delegações e faz nova distribuição da verba 102.000.00 descrita no capítulo IV, artigo 30.º, secção 1.ª do orçamento em vigor no actual ano económico.

D. L. n.º 179—Autorisa a Associação Comercial de Benguela a retirar, sem futuro reembolso, do fundo especial destinado á construção do Palácio do Comércio e Indústria de Benguela, a importância de Angolares 70.000.00, para ser dispndida em grandes raparações no edificio da residência do Governador do Distrito, na mesma cidade.

B. O. n.º 7 (1.ª serie de 14-2-931).

D. L. n.º 180—Define a competência e atribuições do Intendente de Cabinda.

D. L. n.º 181—Abre, na Direcção dos Serviços de Fazenda, um crédito suplementar para reforçar uma verba da tabela da Despesa Ordinária do Orçamento Geral da Colónia, em vigor no corrente ano económico, destinada a Despesas com habitação, assistência médica e outros auxílios a funcionários públicos e operários.

D. L. n.º 182—Abre na Direcção dos Serviços de Fazenda, um crédito especial para ocorrer aos encargos com os serviços de Colónisação nos anos económicos de 1929-1930 e 1930-931.

Portaria n.º 722—Determina que se proceda immediatamente á substituição, por inexacta, da matriz predial do distrito do Zaire e nomeia duas comissões, para procederem á inspecção directa, descrição e avaliação dos predios, respectivamente nos concelhos de Sazaire e Cabinda.

Rectificação ao D. L. n.º 178 que divide o território da Colónia em catorze circunscrições.

B. O. n.º 7 (1.ª serie de 19-2-931).

D. L. n.º 183—Aprova a organização dos Serviços dos Correios e Telegrafos da Colónia de Angola, que faz parte integrante deste diploma.

D. L. n.º 184—Aprova, para entrar em vigor, em toda a Colónia, em 1 de Abril de 1931, a Tabela Geal do Imposto do Sêlo que faz parte integrante deste diploma, e aumenta para 2.00 a taxa de papel selado.

B. O. n.º 8 (1.ª serie de 21-2-1931).
D. L. n.º 185—Regula a admissão e permanência na Colónia, a partir de 1 de Maio de 1931, de estrangeiros de qualquer nacionalidade.

Portaria 730—Aprova o regulamento provisorio, para o estabelecimento e exploração de postos radioléctricos na Colónia de Angola, que faz parte desta portaria.

B. O. n.º 9 (1.ª serie de 28-2-1931)
D. L. n.º 185—Suspende, até 31 de Março do corrente ano, relativamente ao pessoal dos serviços de Fazenda, a execução do artigo 13.º do D. L. n.º 130, de 25 de Agosto de 1930, que fixa as regras a observar para o provimento dos cargos públicos e transferências de funcionários e empregados do Estado nesta colónia.
D. L. n.º 189—Altera o artigo 48.º do Regulamento para a exploração do porto do Lobito.

D. L. n.º 190—Reduz a 6.ª ao ano, a partir de 1 de Abril de 1931, a taxa de juro dos capitais mutuados pela Caixa Económica Postal.

MOÇAMBIQUE

B. O. n.º 4 (1.ª serie de 24-1-1931).
D. L. n.º 277—Permitindo, até 31 de Dezembro do corrente ano, o exercicio do comércio em casas de madeira e zinco, desde que estas ofereçam condições de hygiene e segurança.

B. O. n.º 5 (1.ª serie de 31-1-1931).
D. L. n.º 279—Abrindo um crédito especial da quantia de 500.000\$000 para ocorrer ás despesas na Colónia com a representação na Exposição Colonial Internacional de Paris.

B. O. n.º 6 (1.ª serie de 7-2-1931).
Portaria n.º 1.254—Determinando que os limites dos subúrbios da povoação Chipenhe, na circunscrição de Vila João Belo, sejam constituídos por um quadrado de um quilometro de lado.

GUINÉ

B. O. n.º 2 de 10-1-1931.
Portaria n.º 1—Homologando e mandando pôr em execução a tabela dos valores mínimos dos principais produtos de exportação durante o mês de Janeiro.

Portaria n.º 2—Fixando preços de cada quilo de algodão de 1.ª e 2.ª qualidade de produção indigena, respectivamente em \$80 e \$70 centavos o quilo.

B. O. n.º 4 de 24 de Janeiro 1931
Portaria n.º 5—Dando livre entrada nos portos da colónia aos navios procedentes do porto de Dakar.

B. O. n.º 5 de 2 de Fevereiro de 1931.
D. L. n.º 560—Adicionando ao artigo 4.º do diploma legislativo 345, de 18-4-1927, um paragrafo unico.

Portaria n.º 109—Alterando a distribuição de moradias dos funcionários públicos.

Portaria n.º 6—Homologando e mandando pôr em execução a tabela dos valores mínimos dos principais produtos de exportação para vigorar no mês de Fevereiro d'este ano.

B. O. n.º 7 de Fevereiro de 1931.
Portaria n.º 7.—Determinando que a cobrança voluntaria do imposto predial para 1929 seja efectuada até 1 de Março próximo.

S. TOMÉ

B. O. n.º 1 de 3 de Janeiro de 1931.
Nova publicação, rectificada, do D. L. n.º 49, extinguindo o adicional á taxa do trafégo, estabelecido no D. L. n.º 110, de 1927.

Portaria n.º 1—Determinada a prorrogação do prazo para a cobrança do Imposto Individual Indigena.

B. O. n.º 5—de 2 de Fevereiro de 1931.
D. L. n.º 37 (de 1930)—Abrindo um crédito suplementar de 11.000'000.

Portaria n.º 2—Transferindo disponibilidades de uma verba para reforço doutra.

B. O. n.º 6 de 7 de Fevereiro de 1931.
Portaria n.º 3—Aprovando e pondo em execução o Regulamento do Laboratório Geral de Analises e Centro de Investigação Cientifica.

B. O. n.º 8 de 21 de Fevereiro de 1931.
Portaria declarando caduca a concessão do exclusivo da manipulação de tabacos feita pela portaria provincial n.º 89, de 5-9-1924 e alvará n.º 4, de 13 de Novembro do mesmo ano, a favor de José Pedro da Fonseca e José Heitor.

B. O. n.º 9 de 28 de Fevereiro de 1931.
D. L. n.º 1—Determinando quais os documentos necessários para a entrada de individuos na Colónia ou saída.

D. L. n.º 2—Abrindo um crédito especial de 15.000\$000.

D. L. n.º 3—Declarando em vigor na Colónia o Decreto n.º 19.044, de 13-11-1930.

B. O. n.º 10 de 7 de Março de 1931.
Portaria declarando caduca uma concessão de exclusivo para o fabrico mecânico de velas de iluminação.

CABO VERDE

B. O. n.º 7 de 4 de Fevereiro de 1931.
D. L. n.º 279—Dá nova redacção ao § 6.º do artigo 27.º do regulamento disciplinar, aprovado por portaria n.º 225, de 27-3-1920.

D. L. n.º 280—Dá nova redacção ao artigo 47.º do regulamento dos Serviços Agrícolas e Florestais, aprovado pelo D. L. n.º 156, de 11-8-1928.

B. O. n.º 8 de 21 de Fevereiro de 1931.
D. L. n.º 281—Proíbe nesta colónia o fabrico de aguardente que não seja de cana sacarina.

Declarações de terem sido anulados por S. Ex.ª o ministro das Colónias os D. L. n.º 262 de 22-11-1930, e 160, de 10-9-1928.

B. D. n.º 9 de 28 de Fevereiro de 1931.
D. L. n.º 282—Determina que seja abonada uma percentagem de 2,5% sobre várias receitas, para ser distribuída em rateio, para todos os funcionarios do Quadro Unico e Privativo de Fazenda, compreendendo os recebedores, em serviço nesta colónia.

Declaração de terem sido regeitados por S. Ex.ª o ministro os D. L. n.º 38, de 1923, 17, de 1925 e 160 de 1928.

B. O. n.º 10 de 7 de Março de 1931.
Portaria 609—Determinar que em todas as direcções de serviço desta colónia, repartições tecnicas e estabelecimentos públicos seja organizado o registo biografico de todos os seus funcionários.

INDIA

B. D. n.º 19 de Março de 1931.
D. L. n.º 462—Aditando um paragrafo unico ao artigo 6.º do D. L. n.º 28, de 29-6-1923 relativo á hospitalização dos empregados do Estado e dos assalariados que tem sómente gratificação de exercicio ou salário.

D. L. n.º 463—Regulando a entrada e saída, atravez da India Portuguesa, de café não torrado, com ou sem casca, que não seja originário da India Britânica e Colónias Portuguesas.

MACAU

B. D. n.º 5 de 31 de Janeiro de 1931.
Portaria 540-A—Determinando que seja aprovada e posta em execução a partir de 1 de Janeiro de 1931, a tabela das taxas da rede telefónica, bem como as taxas de concessão de linhas telegraficas ou telefónicas de Macau.

B. O. n.º 8 de 21 de Fevereiro de 1931.
Portaria 558—Mandando entrar em vigor, desde 7 de Julho de 1930, o orçamento privativo da Direcção das Obras dos Portos, para o ano económico de 1930-1931.

TIMOR

B. D. n.º 3 de 17 de Janeiro de 1931.
Portaria n.º 2—Designa o dia 22 de Fevereiro próximo para a realização das eleições dos vogais representantes dos commerciantes portugueses, chineses e arabes, no conselho do Governo.

colares maziotti
Vinho autentico de Colares
30, TRAVESSA DA QUEIMADA, 32
LISBOA
Telefone 2 2710

BIBLIOGRAFIA

«La crise économique en Afrique belge. Situation et perspectives d'avenir» por G. Van der Kerken — Estamos convencidos que é este o estudo mais consciencioso e completo que tem sido publicado sobre a crise económica africana. Compreende uma parte crítica e descriptiva conduzida com rara clareza e grande soma de elementos de apreciação e uma outra em que são apresentadas soluções de que se pode discordar mas que são incontestavelmente merecedoras da alta consideração.

«L'Algérie» por Augustin Bernard — Estudo sobre o país, a história e os habitantes, ilustrado em numerosas fotografias e uma carta geral da Algéria.

«Annuaire de documentation Coloniale Comparée» — Publicação do Instituto Colonial Internacional.

Acaba de ser publicado o terceiro volume desta magnífica publicação. Refere-se ás Colónias inglesas e insere, além das indicações habituais, a maior parte do célebre relatório da Comissão Hilton-Young.

«L'effort français en Afrique équatoriale.» — Edição de propaganda publicada pelo Sud-Ouest Económico n.º 202 de Setembro de 1930.

«A travers des Colonies françaises» — Antologia de escritores coloniais, para ser enviada á Exposição Colonial de Paris. St. Michel Paris.

Société des Nations : Dix ans de coopération internationale — Sumário: Introdução: Troços gerais do desenvolvimento da Sociedade das Nações. Que organização e funcionamento. I — O regulamento dos conflitos. II — A organização da paz e o desarmamento. III — A justiça internacional. IV — A codificação do direito internacional (a cooperação internacional) V — A organização económica e financeira. VI — Comunicações e transitos. VII — A organização da higiene. VIII — A obra social e humanitária. IX — A cooperação intelectual. X — O regimen dos mandatos. XI — A protecção ás minorias XII. — A Sarre e Dantzig. XII — A administração financeira da Sociedade das Nações e a opinião pública.

«Annuaire des Entreprises Coloniales, 1930, 17, Rua d'Anjou Paris.

É um anuário contendo cerca de 6000 endereços e publicado pela União Colonial Francesa, que tem por fim provocar e facilitar as relações de negócios com as colónias francesas. Insere para esse efeito várias indicações úteis.



“GUARANÁ” ESPUMANTE

BEBIDA DELICIOSA LIVRE
DE ESSÊNCIA ARTIFICIAL E
ALCOOL

Rua Viriato, 6-G — LISBOA
Telefones Norte 3180 e 5077

EXPEDIENTE

A todas as pessoas a quem fôr enviada a nossa revista e que não a desejem assinar, rogamos a finese de a devolverem imediatamente à redacção, pois considerando, nós, segundo uma velha praxe, assinantes todos aqueles que assim não procederem, a devolução imediata evitar-nos há despesas e trabalho importantes. As assinaturas da “Portugal Colonial” podem ser pedidas à nossa redacção, directamente, ou a qualquer dos nossos agentes das Colónias, Ilhas e Brasil. A cobrança será feita pelo correio quando os srs. assinantes não desejem enviar as importâncias das assinaturas directamente á Administração na Rua Augusta, 229, 2.º.

FABRICA DE LOIÇA DE SACAVEM

A maior Fábrica de cerâmica fina da Península

SERVIÇOS DE JANTAR

SERVIÇOS DE CHÁ

É a faiança a loiça mais económica para o uso diário porque é a mais resistente.

LOIÇA SANITÁRIA

Estes artigos sanitários fazem honra á industria nacional representando o estudo e aturadas experiências de muitos anos.

AZULEJOS BRANCOS E DE COR

MOSAICOS CERAMICOS

É o pavimento mais conveniente, o mais higienico para cozinhas, quartos de banho, retretes, «halls», terraços, edificios públicos, hospitais, etc. Formam-se lindos e variados «parquets», da maior duração e de facilimo acio.

LISBOA — Rua da Prata, 126 a 132

PORTO — Rua das Carmelitas, 40

De todas as nossas secções

Alfaiataria e Camisaria para
Homens e Rapazes = Confec-
ções e Modas para Senhoras
Sedas = Lãs = Algodões = Retro-
zaria = Perfumaria = Luvaria

*Enviaremos a V. Ex.^a na volta do correio, à cobran-
ça e em condições muito especiais qualquer
artigo que V. Ex.^a necessitar*

CASA AFRICANA

LISBOA

R. AUGUSTA, 157 / 171

PORTO

R. 31 DE JANEIRO, 220

JOÃO LOUREIRO LISBOA

ESCRITORIO

R. DOS FANQUEIROS, 174 - 2.º

TELEFONE 25583

TELEGRAMAS JOLOURO

CODIGO: RIBEIRO

EXPORTAÇÃO

AZEITE, BATATA, CEBOLA, CARNES DEFUMADAS,
CONSERVAS, ESPECEARIAS, LEGUMES, MASSAS,
MERCEARIAS FINAS, VINHOS
DE PASTO E LICOROSOS, ETC.

FORNECEDOR DE MANTIMENTOS PARA A COMPANHIA
NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

FORNECEDOR DE RANCHOS MENSIS PARA VARIAS
ROÇAS DE AFRICA

Bombas e Canalisações

PARA ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO
D'AGUAS, EM

Aço, ferro fundido e ferro laminado

GRANDES EXISTENCIAS
PREÇOS DE CONCORRENCIA

CASA CAPUCHO

121, R. DE S. PAULO, 129

LISBOA

FILIAL

139, R. Mousinho da Silveira, 143

PORTO

O MELHOR VINHO PORTUGUES ♦ ♦ ♦



SERRADAYRES, LDA.
47, RUA DO ALECRIM - LISBOA
 END. TELEG. *LISSERRA - LISBOA*

PAPELARIA FERNANDES

RUA DO RATO, 23 A 35

NOVAS INSTALAÇÕES:
 RUA DO OURO, N.ºS 145 A 149

TELEFONES (P. B. X.) N. 691 e 4899
 GRAMAS = PAPELARIA

LISBOA

PAPELARIA, LIVRARIA,
 TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Sortido muito completo de papeis de todas as qualidades, tanto nacionais como estrangeiros; artigos de escritório; tintas e outros artigos para desenho, pintura e arte aplicada. Canetas de tinta permanente *Conklins*. Depositários, para o *Sul do País*, do conhecido papel heliográfico de revelação a seco marca «OZALIDO»

PREÇOS DE RECLAME

Manteigaria Londrina

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FORNECEDORES
 DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

ESPECIALIDADE EM
 MANTEIGAS, QUEIJOS
 E CONSERVAS.
 VARIADO SORTIDO



EM ARTIGOS
 DE MERCEARIA,
 VINHOS, LICORES
 E CHAMPAGNES

DOMINGUES, VASCONCELOS & MESQUITA, LIMITADA

53, R. EUGENIO DOS SANTOS, 55 - LISBOA - TELEF.: 27448

Algodoeira Colonial, Limitada

Sede:

Fillais:

Benguela

Lisboa e Luanda

Grandes Armazens de Tecidos de Algodão

Vendas por junto e aos melhores preços,
de todos os tecidos de algodão produzidos
em 9 fábricas, suas associadas que são:

Fábricas da Areosa e Mazorra

Azevedo, Soares & C.^a, Ltd.^a

Fábrica de Bomfim

Manuel Pinto de Azevedo

Fábrica de Fiação e Tecidos de Ermezinde

Oliveira, Azevedo & C.^a, Ltd.^a

Fábrica da Senhora da Hora

Empresa Fabril do Norte, Ltd.^a

Fábrica de Fiação e Tecidos Portuense

Azevedo Ferreira & C.^a, Ltd.^a

Fábrica de Francos

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Fábrica de S. Roque

*Domingos António d'Oliveira & C.^a, Sucessores,
Limitada*

Fábrica de Tecidos Aliança, Limitada

Companhia Fabril de Rio Tinto

Tecidos fabricados, de preferência com
algodões coloniais, pela indústria
nacional e para os colonos portugueses.
Algodões crus, riscados, cotins, lenços, bre-
tanhas, kakis, pintados, tafaxis e cobertores.

Preços sem concorrência

L I S B O A :

Sede em BENGUELA:

CAIXA POSTAL,

ENDEREÇO TELEGRÁFICO:

ALGODOEIRA

Rua do Alecrim, 7

TELEFONE: 20889

End. Teleg.: ALGODOEIRA

Fillal em LUANDA:

CAIXA POSTAL, 15

End. Teleg.: **Algodoeira**

TELEFONE, 357

Companhia Nacional de Navegação

**Linhas do Norte da Europa, do Mediterrâneo,
das Africas e do Brasil**

**Paquetes rapidos e cómodos, com óptima cosinha,
música e pessoal competente**

Saídas durante a 2.^a quinzena de Abril e 1.^o de Maio

Serviço ordinario da Africa Ocidental

NO DIA 15, O VAPOR

CUBANGO

COM DESTINO AOS PORTOS DE PRINCIPE, S. TOMÉ, AMBRIZ, LUANDA,
PORTO AMBOIM, NOVO REDONDO, LOBITO, BENGUELA E MOSSAMEDES

Serviço rápido da Africa Ocidental e Oriental

NO DIA 20 DE ABRIL, O PAQUETE

LOURENÇO MARQUES

COM DESTINO AOS PORTOS DO FUNCHAL, S. TOMÉ, LUANDA, LOBITO,
MOSSAMEDES, CABO, L. MARQUES, BEIRA, MOÇAMBIQUE — E PARA
INHAMBANE, QUELIMANE, CHINDE, ANGOCHE, PEBANE, MOCIMBOA, PORTO
AMELIA, IBO E MACUSE COM BALDEAÇÃO EM LOURENÇO MARQUES

Serviço rápido da Africa Ocidental

NO DIA 1 DE MAIO, O PAQUETE

AFRICA

COM DESTINO AOS PORTOS DO FUNCHAL, S. VICENTE, PRAIA, PRINCIPE,
S. TOMÉ, CABINDA, ZAIRE, LUANDA, PORTO AMBOIM, NOVO REDONDO,
LOBITO, BENGUELA, MOSSAMEDES E PORTO ALEXANDRE

Serviço do Norte da Europa

NO DIA 1 DE MAIO, O VAPOR

S. TOMÉ

COM DESTINO AOS PORTOS DE LEIXÕES, HAMBURGO, ROTTERDAM E ANVERS

Serviço do Brasil

NO DIA 9, O PAQUETE

NYASSA

COM DESTINO AOS PORTOS DO FUNCHAL, PERNAMBUCO, R. DE JANEIRO E SANTOS

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 34
LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85